

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ALBERTO MARCOS TIL MELLO

A RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL DE PESSOA JURÍDICA FRENTE AO
PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE

Florianópolis

2014

ALBERTO MARCOS TIL MELLO

A RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL DE PESSOA JURÍDICA FRENTE AO
PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do Grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro

Florianópolis


2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

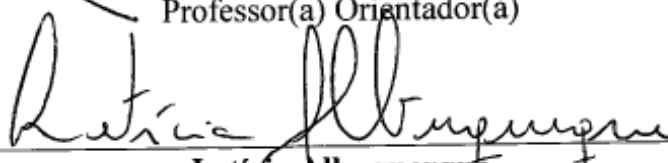
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**A responsabilidade penal ambiental de pessoa jurídica frente ao princípio da culpabilidade**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Alberto Marcos Til Mello**, defendido em **10/12/2014** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 (dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 10 de Dezembro de 2014



Matheus Felipe de Castro
Professor(a) Orientador(a)



Letícia Albuquerque
Membro de Banca



Eduardo Antônio Temponi Lebre
Membro de Banca

In memoriam de Cecília, mãe querida que recentemente partiu e deixou saudades à família e a lembrança de seus ensinamentos, dentre os quais a importância de se percorrer os caminhos dos estudos.

À Gabriela e Marcos, esposa e filho, por
todo o carinho, apoio e compreensão
pelos vários momentos de ausência que a
graduação me exigiu.

“Talvez por isso, ou também por isso tivesse razão Nietzsche quando afirmava que é impossível saber por que realmente se castiga, e que o que chamamos justiça não é outra coisa senão uma transformação do ressentimento e, pois, uma forma de vingança com nome diverso.”

(Paulo Queiroz)

RESUMO

O tema deste trabalho de conclusão de curso, diz respeito à responsabilização penal ambiental da pessoa jurídica. Mais especificamente, quanto a aplicação do princípio da culpabilidade em sua responsabilização penal. Com o objetivo de verificar se o princípio da culpabilidade está sendo satisfeito ao responsabilizar-se penalmente a pessoa jurídica. A pesquisa buscou averiguar diferentes correntes de pensamento acerca do tema proposto.

Palavras-chave: culpabilidade; responsabilização penal; pessoa jurídica; dolo; autoria mediata.

ABSTRACT

The theme of this work completion course, concerns the environmental criminal liability of legal entities. More specifically, as the application of the principle of guilt in his criminal responsibility. In order to check whether the principle of guilt is being satisfied in undertaking criminal legal person. The research sought to investigate different schools of thought about the proposed theme.

Keywords: guilt; criminal responsibility; legal entity; intent; mediate authorship.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. PROBLEMA	11
1.2. OBJETIVOS	11
1.2.1. Objetivo Geral	12
1.2.2. Objetivos Específicos	12
1.3. METODOLOGIA	12
1.4. ORGANIZAÇÃO DO TEXTO	12
2. O PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE	14
2.1. DOLO	21
2.2. CULPA	22
2.3. CULPABILIDADE SEGUNDO A DOUTRINA CAUSALISTA	23
2.4. CONCEPÇÃO NORMATIVA DA CULPABILIDADE	24
2.5. CULPABILIDADE SEGUNDO A DOUTRINA FINALISTA	25
2.6. CULPABILIDADE SEGUNDO O FUNCIONALISMO	25
3. A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL PESSOAL E O CARÁTER SUBSIDIÁRIO DO DIREITO PENAL	28
3.1. RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA PESSOA JURÍDICA	30
3.2. AGENTE MEDIATO DA INFRAÇÃO	49
3.3. OUTRAS FORMAS DE RESPONSABILIZAÇÃO	50
4. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	51
4.1. NORMAS PENAIS EM BRANCO NA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	52
4.2. PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ESFERA CIVIL	54
4.3. PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ESFERA ADMINISTRATIVA	58
4.4. PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ESFERA PENAL	62
5. CONCLUSÃO	65
6. REFERÊNCIAS	67

1. INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seu artigo 225, §3º, a princípio, a possibilidade de sanção penal da pessoa jurídica autora de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.

Neste norte, a lei 9605/1998 prescreve, em seu artigo 3º, que as pessoas jurídicas serão responsabilizadas penalmente nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou do órgão colegiado, no interesse ou benefício da entidade.

Por outro lado, a CRFB/88, em seu art. 5º, XLV, dispõe que nenhuma pena passará da pessoa do condenado. Ao passo que o Código Penal brasileiro de 1940 estabelece, em seu artigo 18, que só pode haver responsabilidade penal a título de dolo ou culpa.

Desta forma, busca-se identificar os elementos que compõe a responsabilização da pessoa jurídica e a consonância entre eles e o ordenamento jurídico brasileiro.

Intenta-se demonstrar que a responsabilização penal da pessoa jurídica, embora com aparente previsão constitucional, carece suporte legal penal para que haja responsabilidade sem ocorrência de dolo ou culpa.

Busca-se verificar até que ponto a responsabilização penal ambiental da pessoa jurídica encontra-se em consonância com o princípio da culpabilidade no ordenamento jurídico penal pátrio, e se este princípio é plenamente satisfeito ao responsabilizar-se penalmente a pessoa jurídica.

Ao tratar-se da responsabilização penal ambiental, divergências surgem entre os doutrinadores. No direito comparado, também não é uníssono o posicionamento adotado em diversos países.

Diante disto, busca-se neste trabalho estudar o princípio da culpabilidade, explicitar a responsabilização penal da pessoa jurídica e demonstrar os conceitos de meio mediato para a consecução de crimes.

Com o respaldo do princípio da culpabilidade contemplado por suas subdivisões e consequências no âmbito penal vislumbrar-se-á a questão da penalização da pessoa jurídica, posto que o meio ambiente deve receber

proteção, mas também os princípios que regem o Direito Penal não devem ser olvidados.

O Brasil tem experimentado complexo processo de reformas em sua estrutura decorrente de posicionamento mundial de preocupação com o meio ambiente.

Neste contexto, e para satisfazer à necessária proteção ambiental, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 parece ter apresentado a responsabilização da pessoa jurídica por condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.

No mesmo norte, foi editada a lei nº 9.605 de 1998, que prevê claramente a responsabilização penal da pessoa jurídica.

Entretanto, surgem dificuldades teóricas para a completa implementação de tal responsabilização, pois nenhuma pessoa pode ser responsabilizada por fato de terceiro ou objetivamente, devendo sempre ser apurado se o autor agiu com dolo ou ao menos com culpa, de forma que a responsabilidade seja sempre pessoal, sendo impossível a responsabilidade coletiva, subsidiária, solidária ou sucessiva.

Desta forma, através do método de abordagem indutivo, do método de procedimento monográfico e do desenvolvimento da temática através da técnica de documentação indireta, envolvendo a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental busca-se verificar as possibilidades para que se cumpra os dispositivos constitucionais e legais para a responsabilização da pessoa jurídica pelos danos causados ao meio ambiente.

1.1. PROBLEMA

Dada a necessidade de tutelar o meio ambiente, uma das formas que se apresenta é a responsabilização penal da pessoa jurídica, desta forma tem-se como pergunta de pesquisa: até que ponto a responsabilização penal ambiental da pessoa jurídica encontra-se em consonância com o princípio da culpabilidade no ordenamento jurídico penal pátrio?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Verificar se o princípio da culpabilidade está sendo satisfeito ao responsabilizar-se penalmente a pessoa jurídica.

1.2.2. Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo principal, alguns objetivos específicos são requeridos, entre eles:

- Estudar o princípio da culpabilidade;
- Explicitar a responsabilização penal da pessoa jurídica; e
- Demonstrar os conceitos de autoria mediata para a consecução de crimes.

1.3. METODOLOGIA

Este trabalho será desenvolvido através do método de abordagem indutivo, do método de procedimento monográfico e do desenvolvimento da temática através da técnica de documentação indireta, envolvendo a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

1.4. ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

O documento está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a conceituação do princípio da culpabilidade, do dolo, da culpa, e a definição de culpabilidade segundo as doutrinas causalista, finalista e funcionalista, além do conceito normativo de culpabilidade.

No segundo capítulo, adentra-se na temática sobre a responsabilização penal pessoal, o caráter subsidiário do direito penal, apresenta-se a conceituação de autoria mediata, assim como outras formas jurídicas de responsabilização, que não a penal.

Por fim, no terceiro capítulo, explana-se sobre proteção ao meio ambiente, de como a legislação específica do assunto se utiliza excessivamente de normas penais em branco, e como se dá a proteção ambiental na esfera cível onde se busca pelo retorno do equilíbrio ambiental degradado, na esfera administrativa, com meios mais céleres e eficientes de coibição de práticas degradantes do meio ambiente e na esfera penal que acaba trazendo, de outro modo, o mesmo resultado que pode ser obtido no âmbito administrativo, exceto pelas penas privativas de liberdade impostas às pessoas físicas..

2. O PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE

Para iniciar este trabalho, convém que se traga à baila o conceito de culpabilidade e onde ele está constitucionalmente previsto.

Conforme leciona Maurício Antônio Ribeiro Lopes, no Direito brasileiro, o princípio da culpabilidade encontra-se implicitamente agasalhado, em nível constitucional, no art. 1º, III (dignidade da pessoa humana), corroborado pelos arts. 4º, II (prevalência dos direitos humanos) e 5º, caput (inviolabilidade do direito à liberdade), da CRFB/88. Vincula-se, ainda, ao princípio da igualdade (art. 5º, caput, CF), que veda o mesmo tratamento ao culpável e inculpável. Costuma-se incluir no postulado da culpabilidade em sentido amplo o princípio da responsabilidade penal subjetiva ou da imputação subjetiva como parte do seu conteúdo material em nível de pressuposto da pena.¹

Acerca deste princípio, oportuno apresentar um exemplo demonstrado por Nilo Batista que por si só é capaz de clarear o quão intrusivo é um sistema penal que olvida-o na aplicação da pena. Segundo o doutrinador:

Numa antiga legislação da Babilônia, editada pelo rei Hammurabi (1728-1685 a.C.), encontramos que, se um pedreiro construísse uma casa sem fortificá-la e a mesma, desabando, matasse o morador, o pedreiro seria morto; mas se também morresse o filho do morador, também o filho do pedreiro seria morto.²

Partindo deste exemplo, Batista conduz ao que seria um julgamento atual deste pedreiro:

De nada lhe adiantaria ter observado as regras usuais nas construções de uma casa, ou pretender associar o desabamento a um fenômeno sísmico natural (uma acomodação do terreno, por exemplo) fortuito e

¹ LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. *Princípios Políticos do Direito Penal*. 2. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1999. p.101.

² BATISTA, Nilo. *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p.102.

imprevisível. A casa desabou e matou o morador: segue-se sua responsabilidade penal. Não deixemos de imaginar, igualmente, o filho do pedreiro. A casa construída por seu pai desabou e matou o morador e seu filho: segue-se sua responsabilidade penal.³

Com este exemplo o doutrinador demonstra que a responsabilidade penal estava associada somente a um fato objetivo, não importava o que ou quem havia determinado tal fato objetivo. Tratava-se, portanto, de uma responsabilidade objetiva e difusa.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seu artigo 225, §3º, a possibilidade de sanção penal da pessoa jurídica autora de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.

Por outro lado, a CRFB/88, em seu art. 5º, XLV, dispõe que nenhuma pena passará da pessoa do condenado. Ao passo que o Código Penal brasileiro de 1940 estabelece, em seu artigo 18, que só pode haver responsabilidade penal a título de dolo ou culpa.

Desta forma, para Nilo Batista o direito penal passou e ainda permanece em constante transformação das bases da responsabilidade penal. Para o autor, “o ponto mais importante desse processo é a produção histórica do princípio da culpabilidade”.⁴

Segundo os ensinamentos de Nilo Batista, o princípio da culpabilidade:

Deve ser entendido, em primeiro lugar, como **repúdio a qualquer espécie de responsabilidade pelo resultado, ou responsabilidade objetiva**. Mas deve igualmente ser entendido como exigência de que a pena não seja infligida senão quando a conduta do sujeito, mesmo associada causalmente a um resultado lhe seja reprovável.⁵

³ BATISTA, Nilo. *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p.102.

⁴ Idem. Ibidem. p.103.

⁵ Idem. Ibidem. *Grifou-se*.

O doutrinador ressalta então que a reprovabilidade da conduta é o “núcleo da ideia de culpabilidade, que passa a funcionar como fundamento e limite da pena”.⁶

Aprofundando-se, Nilo batista destaca ser indispensável a culpabilidade ao ressaltar que a responsabilidade penal é sempre subjetiva:

O princípio da culpabilidade, impõe a subjetividade da responsabilidade penal. **Não cabe em direito penal, uma responsabilidade objetiva**, derivada tão-só de uma associação causal entre conduta e um resultado de lesão ou perigo para um bem jurídico.⁷

Constatada que a responsabilidade penal deve sempre ser subjetiva, cabe analisar a personalidade da responsabilidade penal, a qual a Carta Magna, como já referido, dispõe que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

Sobre a personalidade da responsabilidade penal, Nilo Batista deriva outra consequência: a intranscendência da pena.

A intranscendência impede que a pena ultrapasse a pessoa do autor do crime (ou, mais analiticamente, dos autores e partícipes do crime). A responsabilidade penal é sempre pessoal. **Não há no direito penal responsabilidade coletiva, subsidiária, solidária ou sucessiva.**⁸

Para Eugênio Raúl Zaffaroni “o princípio da culpabilidade é o mais importante dos que derivam diretamente do estado de direito, porque sua violação implica o desconhecimento da essência do conceito de pessoa”.⁹ Desta forma, a imputação de um dano ou perigo a determinado bem jurídico que olvide a constatação do vínculo subjetivo do autor corresponderia a rebaixar o autor à “condição de coisa causante”.¹⁰

⁶ BATISTA, Nilo. *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p.103.

⁷ Idem. Ibidem. p.104. *Grifou-se*.

⁸ Idem. Ibidem. *Grifou-se*.

⁹ ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BATISTA, Nilo. *Direito Penal Brasileiro*. Primeiro volume. Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan. 2006. p.245.

¹⁰ Idem. Ibidem.

Esta concepção de culpabilidade de Zaffaroni remete-se justamente ao tema estudado neste trabalho, posto que a pessoa jurídica, considerada como ente jurídico ficto, segundo Savigny, não é dotada de vontade própria, e portanto não tem possibilidade de determinar-se de acordo com suas concepções. Pode-se mesmo usar o termo de Zaffaroni, a pessoa jurídica como autora de crimes, não passa de *coisa causante*, em outros termos, a pessoa jurídica como autora de crimes pode ser tida como objeto mediato do crime, o qual será estudado mais adiante.

Para Zaffaroni a responsabilidade objetiva deve ser sempre questionada em qualquer ramo do saber jurídico, e, principalmente, o deve ser no âmbito do direito penal, posto que o princípio *nullum crimen sine culpa* insculpido na Constituição Federal, possui lugar de destaque e posição hierárquica sobre as demais normas.¹¹ De forma a tornar-se inconcebível um crime sem culpa.

Zaffaroni identifica ainda um segundo nível do princípio da culpabilidade, o do poder, pelo qual o agente deve poder conhecer a proibição, assim como adequar sua conduta ao direito, afirma que não há pena sem exigibilidade. Para o doutrinador, “este nível do princípio pressupõe um ente capaz de decidir conforme valores e regras, ou, mais sinteticamente, um ser autodeterminável ou, o que é o mesmo, uma pessoa”.¹²

Segundo Paulo Queiroz, nenhuma pessoa pode ser responsabilizada objetivamente, deve-se sempre apurar se o autor agiu com dolo ou ao menos com culpa.¹³

O autor ressalta que somente pode haver responsabilidade penal a título de dolo ou culpa, sendo uma responsabilidade sempre pessoal, não sendo possível a responsabilidade coletiva, subsidiária, solidária ou sucessiva.¹⁴

¹¹ ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BATISTA, Nilo. *Direito Penal Brasileiro*. Primeiro volume. Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan. 2006. p.247.

¹² Idem. Ibidem. p.248.

¹³ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 67.

¹⁴ Idem. Ibidem.

Ao tratar o princípio da culpabilidade, Queiroz ressalta que ele é “sinônimo do princípio da responsabilidade penal pessoal/subjetiva”. Desta forma, o princípio da culpabilidade significa que:

Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente, motivo pelo qual só deve responder pela infração penal o seu respectivo autor, coautor ou partícipe; constitui, portanto, um postulado político criminal que impede a responsabilidade penal objetiva e/ou presumida, compreendendo o dolo e a culpa, inclusive.¹⁵

O crime, a partir de um ponto de vista formal/analítico “é um fato típico ilícito e culpável”.¹⁶ De maneira que a culpabilidade se constitui em requisito do fato punível. A culpabilidade, portanto, é juízo de reprovação que recai sobre determinado autor em face de um fato típico e ilícito, pelo motivo de lhe ser possível e exigível, de forma concreta e razoável, um comportamento diverso, que esteja adequado ao direito. Assim, culpabilidade é exigibilidade.¹⁷

Ao se tratar da culpabilidade, ou ainda, de qualquer seara do direito penal, para uma melhor compreensão de sua aplicabilidade e efetividade no plano das relações sociais, mister que se adentre ainda que brevemente em questões criminológicas e sociológicas do direito penal. Desta forma, traz-se à guisa a concepção de subculturas criminais apresentada por Baratta a qual acaba por negar, a plena e ampla possibilidade de escolha do agente pela conduta a ser seguida e, por consequência, o próprio princípio da culpabilidade como base do sistema penal.

A partir do ponto de vista das subculturas criminais, ou, do pluralismo cultural dos grupos sociais, não é possível de se considerar o delito como expressão de uma atitude contrária aos valores e às normas sociais gerais, pois existem valores e normas específicas em cada um dos diversos grupos sociais, que através de formas de interação e

¹⁵ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.323.

¹⁶ Idem. Ibidem. p.325.

¹⁷ Idem. Ibidem.

aprendizagem são internalizadas pelos indivíduos destes grupos, e acabam determinando seu comportamento conjuntamente aos valores e normas institucionalizadas pelo direito ou moral 'oficial'.¹⁸

Nota-se que não é possível se falar na existência de apenas um único sistema de valores, tampouco há que se falar em o correto sistema de valores, frente ao qual o agente poderia livremente agir e determinar-se, o que tornaria culpável a conduta dos que, podendo, não agiram conforme tal sistema de valor, conforme se anseia através da concepção antropológica de culpabilidade.¹⁹

É apenas aparência, ilusão, a crença de que o agente pode livremente escolher o sistema de valores que vai aderir, conforme explica Alessandro Baratta:

Em realidade, condições sociais estruturas e mecanismos de comunicação e de aprendizagem determinam a pertença de indivíduos a subgrupos ou subculturas, e a transmissão aos indivíduos de valores, normas, modelos de comportamento e técnicas, mesmo ilegítimos.²⁰

A partir desta visão relativizante da sociologia pode-se notar a crise da “linha artificial de discriminação que o direito assinala entre atitude interior conformista (positiva) e atitude desviante (reprovável), sobre a base da assunção acrítica de uma responsabilidade do indivíduo”²¹ posto que esta responsabilização localiza-se em um ato de espontaneidade, vontade de determinar-se de acordo ou contrariamente ao sistema institucional de valores.

A teoria das subculturas criminais demonstra que, diante dos mecanismos de aprendizagem e de interiorização das regras e modelos de conduta, o peso da escolha do agente ou da determinação de sua vontade, assim como as características de sua personalidade, é extremamente

¹⁸ BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Introdução à Sociologia do Direito Penal. 3. ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p.73-74.

¹⁹ Idem. Ibidem. p. 74.

²⁰ Idem. Ibidem.

²¹ Idem. Ibidem.

relativa. Assim, conforme se colhe da lição de Baratta, a “teoria das subculturas criminais constitui não só uma negação de toda teoria normativa e ética da culpabilidade, mas uma negação do próprio princípio de culpabilidade, ou responsabilidade ética individual, como base do sistema penal”.²²

No mesmo norte, preceitua, Juarez Cirino dos Santos que o fundamento material da culpabilidade ao ser definido pela capacidade de livre decisão do sujeito, apresenta o problema de não ser possível de se demonstrar a liberdade de vontade, de forma que a culpabilidade não pode servir de fundamento da pena. Então, o juízo de culpabilidade acaba não descrevendo uma qualidade do sujeito, mas atribuindo uma qualidade a ele.²³

Por isso, atualmente o conceito de culpabilidade como fundamento da pena foi substituído pelo sentido de limitação do poder de punir. A culpabilidade perde a função metafísica de legitimar a punição e ganha uma função política de garantir a liberdade face ao Estado. Logo, se não existe culpabilidade não pode existir pena nem intervenção do Estado com fins exclusivamente preventivos. Por consequência, esta definição de culpabilidade como limitador do poder de punir contribui na redefinição da dogmática penal como sistema de garantias do cidadão em face do Estado e de seu poder punitivo.²⁴

A culpabilidade a partir do pressuposto lógico da liberdade de decisão do agente resulta em que os atos praticados sem dolo ou culpa devem conduzir a uma sentença penal absolutória.²⁵

Admitir um direito penal que exija responsabilização por fatos independentemente da vontade do agente “merece ser qualificado como

²² BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Introdução à Sociologia do Direito Penal. 3. ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p. 76.

²³ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p.278.

²⁴ Idem. Ibidem. p.279.

²⁵ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 190.

arbitrário e disfuncional” pois falta à pena o poder motivador e o castigo fica sem justificação.²⁶

A partir do que foi exposto acerca do princípio da culpabilidade, mister que se adentre na conceituação de dolo e culpa, o que se passa fazer a seguir.

2.1. DOLO

Ao adotar-se a finalidade declarada do direito penal como prevenção geral e especial de comportamentos que causem lesão à sociedade, a atuação do direito penal deve sempre partir do pressuposto lógico e necessário de ações e omissões voluntárias.

Portanto, conforme os ensinamentos de Queiroz:

A intervenção jurídico-penal começa e termina com o início e fim da vontade humana, pois fora daí teria lugar a responsabilização penal objetiva, isto é, responsabilização por fatos estranhos à vontade humana, puramente causais, ainda quando eventualmente emanados de um ser humano.²⁷

Devido à função motivadora do direito penal, há de se pressupor a previsibilidade e evitabilidade do comportamento, posto que sujeito à motivação, logo, ações dolosas ou no mínimo culposas, mas sempre ações voluntárias.

Por conseguinte, “só as ações humanas exteriorizadas e lesivas de bem jurídico (princípio da lesividade) podem ser objeto de repressão penal”.²⁸

Para a doutrina causalista, o dolo é uma forma de expressão da culpabilidade, e circunscreve-se na vontade e consciência de realizar uma conduta antijurídica. Desta maneira, se não há consciência da ilicitude, não há dolo, e portanto não há crime.²⁹

²⁶ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 191.

²⁷ Idem. Ibidem. p.223.

²⁸ Idem. Ibidem.

²⁹ Idem. Ibidem. p.224.

Para a teoria finalista o dolo é deslocado da culpabilidade para a tipicidade, mas separa-o da consciência da ilicitude. Assim, adota um conceito neutro de dolo, ter conhecimento e vontade de realização do tipo, e deixa a cognição do caráter ilícito da conduta pelo agente integrado à culpabilidade. Portanto, “o dolo requer apenas o conhecimento dos elementos objetivos do tipo, não o da sua proibição, que pertence à culpabilidade”.³⁰

Para Queiroz entretanto, dolo deve significar “consciência e vontade de praticar um fato que se sabe proibido pelo direito”.³¹ Desta forma, o dolo compreende um elemento cognitivo, o conhecimento dos elementos do tipo pelo agente, e um elemento volitivo, vontade de realizar o tipo.

Distingue-se especialmente duas espécies de dolo, o dolo direto quando o agente quer o resultado e age com objetivo de realiza-lo, e o dolo eventual, quando o agente considera seriamente a possibilidade de realizar o ilícito e com ele se conforma assumindo o risco de produzir o resultado.³²

Não há que se confundir o dolo eventual com a culpa consciente, onde há simples previsão do resultado mas não sua aceitação, realiza-se a ação esperando-se que o resultado não ocorra.³³

Ao falar-se de dolo, não se pode deixar de mencionar o preterdolo, quando há associação de dolo e culpa no mesmo delito, pois o resultado ultrapassa a pretensão do agente. Há dolo na ação e culpa no resultado.³⁴

2.2. CULPA

O culpa é a realização de um ato que gere perigo que não esteja na esfera do risco permitido. Desta forma, somente há ocorrência de delito na modalidade culposa se o autor viola um dever de cuidado e com isso gera um risco juridicamente proibido. Nas palavras de Queiroz,

³⁰ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.225.

³¹ Idem. Ibidem. p.227.

³² Idem. Ibidem. p.230.

³³ Idem. Ibidem. p.231.

³⁴ Idem. Ibidem. p.236.

“pressuposto da imputação objetiva do tipo culposo é a criação de um risco proibido lesivo de bem jurídico e a realização desse risco no resultado”.³⁵

Estruturalmente, o crime culposo é idêntico ao doloso, contudo, naquele há infração a um dever objetivo de cuidado. Portanto, se o dever objetivo de cuidado não for observado pelo agente, e desta forma ele gera um resultado antijurídico que não pretendia mas que era objetivamente previsível, estará configurada a culpa.

Segundo Queiroz, apontando os ensinamentos de Jakobs, a tipicidade nos crimes culposos não deve ser analisada objetivamente, levando em conta apenas a noção de conhecimento do homem médio. Ao contrário, a tipicidade deve levar em conta as condições pessoais concretamente consideradas, pois esta é a única maneira de verificar se houve por parte do agente imprudência, negligência ou imperícia.³⁶

É corrente a distinção entre culpa consciente e culpa inconsciente. Na primeira o resultado é previsível, na segunda não há esta previsão. Em qualquer caso o agente não deseja o resultado, tampouco assume o risco de produzi-lo.³⁷

As modalidades de culpa são a imprudência, de caráter comissivo, quando o agente pratica um ato arriscado ou perigoso, a negligência, de caráter omissivo, quando o agente deixa de tomar as devidas precauções, e a imperícia, que é a falta de observação das cautelas específicas pertencentes ao exercício de uma arte ofício ou profissão, seja por despreparo prático, seja por conhecimento técnico insuficiente.³⁸

2.3. CULPABILIDADE SEGUNDO A DOUTRINA CAUSALISTA

Colhe-se dos ensinamentos de Queiroz que para a doutrina causalista da ação a culpabilidade está associada na relação psicológica entre a conduta e

³⁵ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.256.

³⁶ Idem. Ibidem. p.259-260.

³⁷ Idem. Ibidem. p.262.

³⁸ Idem. Ibidem. p.262-263.

o seu agente, portanto, parte de uma ligação subjetiva entre o ato e autor. Assim, a conduta estava dividida em duas partes, uma externa objetiva, a antijuridicidade, e outra interna subjetiva, a culpabilidade onde se encontra o dolo e a culpa.³⁹

O dolo e a culpa são formas possíveis da conexão psíquica entre o autor e o fato, de forma que o agir culpável é característica de quem age com dolo ou culpa. Dolo e culpa, mais que duas espécies de culpabilidade, representam a culpabilidade em sua totalidade.⁴⁰

A culpabilidade é formada então pela imputabilidade e pelo dolo e culpa em sentido estrito.

Santos leciona que a concepção psicológica de culpabilidade é formada por dois elementos, a capacidade de culpabilidade, também chamada de imputabilidade, e a relação psicológica do autor com o fato.

O primeiro elemento relaciona-se à “capacidade geral ou abstrata de compreender o valor do fato e de querer conforme a compreensão do valor do fato”.⁴¹

O segundo elemento encontra-se como “consciência e vontade de realizar o fato ou como causação de um resultado típico por imprudência, imperícia ou negligência”.⁴²

2.4. CONCEPÇÃO NORMATIVA DA CULPABILIDADE

Na concepção normativa de culpabilidade, surge um novo elemento, a reprovabilidade, a qual trata-se da culpabilidade com juízo de reprovação sobre o autor pela sua atuação ilícita quando lhe era exigível atuação diversa, adequada ao direito. Assim, dolo e culpa integram a culpabilidade, mas não como espécies, e sim como elementos.⁴³ Para ser culpável, não basta a

³⁹ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.326.

⁴⁰ Idem. Ibidem.

⁴¹ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p.275.

⁴² Idem. Ibidem.

⁴³ QUEIROZ, op. cit. p.327.

presença de dolo ou culpa no fato, é necessário que o fato seja censurável ao autor.

A reprovabilidade como concepção normativa de culpabilidade baseia-se na noção de que “um comportamento proibido só pode ser atribuído à culpabilidade de alguém se é possível reprová-lo sua realização”.⁴⁴

São elementos da culpabilidade a imputabilidade, o dolo e culpa e a exigibilidade de conduta diversa.

2.5. CULPABILIDADE SEGUNDO A DOUTRINA FINALISTA

Na doutrina finalista o dolo e a culpa são deslocados para a tipicidade, e a culpabilidade apresenta conteúdo unicamente normativo, de maneira que a culpabilidade relaciona-se com a possibilidade de o autor agir concretamente de acordo com o direito.

Desta forma, o conceito de culpabilidade passa a estruturar-se na capacidade de culpabilidade, no conhecimento real ou possível do injusto e na exigibilidade conforme a norma. Portanto, culpabilidade é a reprovação de um autor imputável que realiza consciente da ilicitude e em condições normais de circunstâncias um tipo de injusto.⁴⁵

A culpabilidade pressupõe a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa.⁴⁶

2.6. CULPABILIDADE SEGUNDO O FUNCIONALISMO

Para o funcionalismo, os fins político-criminais é que devem orientar a dogmática penal. Assim, a culpabilidade, sendo categoria do delito, deve ser entendida em termos preventivos.

⁴⁴ FRANK, Reinhard. *Über den Aufbau des Schuldbegriffs*, 1907 apud SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p.276.

⁴⁵ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p.277.

⁴⁶ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.328.

Jakobs entendendo que a função da pena é a de afirmação da vigência da norma, percebe a culpabilidade como infidelidade ao direito. Desta forma, é culpável todo fato antijurídico quando faltou disposição ao autor para motivar-se a agir de acordo com o direito.⁴⁷

Entretanto, Roxin anota que tal formulação em favor do sistema social leva à instrumentalização do homem, o que viola as bases da dignidade humana.⁴⁸ Segundo o doutrinador, as necessidades preventivas não podem autorizar a punição quando não for identificada a culpabilidade, nem tão pouco, a culpabilidade é suficiente para legitimar a aplicação da pena. Há reciprocidade limitativa entre necessidade preventiva e culpabilidade.⁴⁹

A consequência lógica é que a pena sempre deve pressupor a culpabilidade, de forma que, não importa o grau da necessidade preventiva de punir, nenhuma sanção penal contrária ao princípio da culpabilidade pode justificar-se por esta necessidade.⁵⁰

Desta maneira, a culpabilidade é garantia de liberdade e está direcionada contra os excessos punitivos em que possa o Estado incorrer.⁵¹

Corroborando este entendimento, Schünemann aponta que a pena necessita mais que uma utilidade preventiva, a pena precisa de um princípio autônomo para justificar-se, a culpabilidade que se constitui em base complementar de legitimação, de forma que se a finalidade preventiva é o fundamento da necessidade da pena, o princípio da culpabilidade é o limite de sua admissibilidade.⁵²

Portanto, de acordo com o funcionalismo, a culpabilidade desempenha forte papel garantista, limitador do poder punitivo do Estado. Nas palavras de Queiroz:

⁴⁷ JACOBS, Günther. *Derecho penal*. Parte geral – fundamentos y teoría de la imputación. Trad. Joaquin Cuello Conteras e Jose Luis Serrano Gonzalez de Murillo. Madrid: Marcial Pons, 1995 apud QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.328.

⁴⁸ ROXIN, Claus. *Derecho penal*. Parte geral. Madrid: Civitas, 1997 apud QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.329.

⁴⁹ Idem. Ibidem.

⁵⁰ Idem. Ibidem. p.330.

⁵¹ Idem. Ibidem.

⁵² SCHÜNEMANN, Bernd. *La función de la delimitación de injusto y culpabilidad*. In: *Fundamentos de um sistema europeo del derecho penal*. Barcelona: Tecnos, 1990 apud QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.330.

Só pode ser declarado culpável quem, ao praticar um fato antijurídico, tinha condições razoáveis de atuar motivado pela norma, agindo conforme o direito, não o fazendo, embora pudesse fazê-lo sem sacrifícios extraordinários.⁵³

Desta forma, sendo a prevenção o fim do direito penal, primordial se faz o princípio da culpabilidade, posto que serve de limite à prevenção. Assim, justifica-se o castigo pela prevenção, mas a penalização sempre dependerá da culpabilidade, do contrário, o Estado de direito daria lugar ao Estado de Polícia, pela aplicação irrestrita de medidas de segurança.⁵⁴

Por esta razão, o Direito Penal possui um caráter subsidiário, o qual se passa a analisar.

⁵³ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.331.

⁵⁴ Idem. Ibidem.

3. A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL PESSOAL E O CARÁTER SUBSIDIÁRIO DO DIREITO PENAL

Santos ao tratar da responsabilidade penal pessoal, apresenta que a definição de fato punível na esfera do tipo do injusto e da culpabilidade encerra duas garantias constitucionais, a primeira limita a responsabilidade penal aos autores e partícipes, através da proibição constitucional de extensão da pena além da pessoa do condenado. A segunda limita a responsabilidade penal aos “seres humanos de carne e osso”, portanto excluída a pessoa jurídica, pois incapaz de culpabilidade. Santos leciona que “a proteção de direitos humanos contra violações produzidas por pessoas jurídicas deve ser feita por meios administrativos e civis adequados porque a responsabilidade penal da pessoa jurídica é inconstitucional”.⁵⁵

Para além desses limites, Santos descreve o objeto e fundamento do princípio da responsabilidade penal pessoal, os quais estão relacionados com o princípio da legalidade e da culpabilidade. O objeto é o tipo de ilícito que segue o princípio *nullum crimen, nulla poena sine lege* (não há crime nem pena sem lei).⁵⁶ O fundamento é a culpabilidade que provém do princípio *nulla poena sine culpa* (não há pena sem ação culpável)⁵⁷ da qual decorre a presunção de inocência que se verifica através de condições subjetivas do saber, do conhecer e do poder de não realizar o ato. Logo, o único fundamento possível para a responsabilidade penal pela realização de um ato ilícito é a culpabilidade.⁵⁸

Esses são princípios limitativos do Direito Penal em face do poder punitivo estatal, contudo, embora se conheça da limitação penal, oportuno destacar que aplicação do direito penal possui caráter subsidiário.

Conforme ensina Queiroz, há dois sentidos em que a discussão sobre a constitutividade ou subsidiariedade do direito penal pode ser tomada, o sentido político-social e o sentido lógico-sistemático. No sentido político-social, o direito penal apenas deve intervir diante do fracasso de outras formas de controle

⁵⁵ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p.31-32.

⁵⁶ Tradução livre.

⁵⁷ Tradução livre.

⁵⁸ SANTOS, op. cit. p. 32.

social, como o direito administrativo e civil e das maneiras informais de controle social. Já no sentido lógico sistemático há certa divergência doutrinária, todavia Queiroz alerta que em ambos os sentidos a discussão é apenas a mesma, busca verificar se há conveniência política de apelar para o direito penal para que se regule determinado direito. Portanto, em ambos os sentidos, o que se busca é conhecer se são satisfatórias outras formas de intervenção nos conflitos, sejam jurídicas ou informais.⁵⁹

Queiroz destaca que tanto no sentido político-social quanto no lógico-sistemático o direito penal é sempre subsidiário e não primário em decorrência circunstancial de o direito penal ser a forma mais violenta de intervenção estatal. Por isso, apenas quando outros modos de intervenção não forem suficientes é que se pode legitimamente recorrer ao direito penal.

Nos termos apresentados pelo doutrinador:

O caráter subsidiário do direito penal em face de outras formas de controle social resulta, portanto, de imperativo político-criminal proibitivo do excesso: não se justifica o emprego de um instrumento especialmente lesivo à liberdade se se dispõe de meios menos gravosos e mais adequados de intervenção, sob pena de violação ao princípio da proporcionalidade.⁶⁰

Queiroz consolida seu entendimento acerca do caráter subsidiário do direito penal afirmando que mesmo no sentido lógico-sistemático este caráter subsidiário se sobressai, pois é decorrência da unidade lógica do direito, posto que, mesmo dividido em disciplinas, o direito é um só, e não pode haver contradições no sistema. Ressalta ainda que a subsidiariedade se estende às demais formas de intervenção jurídica, como a civil e administrativa, já que o direito penal ao criminalizar determinado comportamento, somente deve fazê-lo depois de perceber o fracasso das outras formas de intervenção menos danosas.⁶¹

⁵⁹ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.36-37.

⁶⁰ Idem. Ibidem. p.37.

⁶¹ Idem. Ibidem. p.37-38.

Isto porque, conforme afirma Queiroz citando Baratta, “dentre todos os instrumentos de política criminal, o direito penal é o mais inadequado”,⁶² principalmente pela inerência de sua violência estrutural. Desta forma, não se pode confundir controle de criminalidade, com controle penal, nem se esquecer que o estado possui diversas possibilidades de política social para a prevenção e controle dos desvios de conduta.

A partir do até aqui exposto, passa-se a verificar especificamente o posicionamento doutrinário acerca da responsabilização penal da pessoa jurídica.

3.1. RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA PESSOA JURÍDICA

Queiroz não deixa dúvidas, “a responsabilidade penal é sempre pessoal, não cabendo a responsabilidade coletiva, subsidiária, solidária ou sucessiva”.⁶³

Arthur Migliari Júnior entretanto, aponta que a Constituição segue tendência mundial de responsabilização da pessoa jurídica. Para o autor, a máxima *societas delinquere non potest* (sociedades não podem delinquir)⁶⁴ permanece válida para outros crimes. Afinal, segundo preceitua, a evolução mundial exige aprimoramento das instituições e mecanismos de combate aos crimes.⁶⁵

Édis Milaré e Paulo José da Costa Júnior sustentam que a responsabilidade penal da pessoa jurídica atualmente é uma necessidade para fazer frente, entre outras, à criminalidade ecológica, que deve ser prevenida e reprimida.⁶⁶ Assim, consideram “legítimo sustentar que *societas puniri potest*, ao menos no que se refere à legislação ambiental”.^{67 68}

⁶² QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.25.

⁶³ Idem. Ibidem. p.67-68.

⁶⁴ Tradução livre.

⁶⁵ MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004. p.81-82.

⁶⁶ MILARÉ, Édis; Costa Júnior, Paulo José da. *Direito Penal Ambiental*. Comentários à Lei 9.605/98. Campinas: Millennium, 2002. p.19.

⁶⁷ Idem. Ibidem. p.18.

⁶⁸ Tradução livre: Sociedades podem ser punidas.

Contudo, seria necessário se verificar sob qual paradigma do direito penal Migliari Júnior e Milaré abordam o tema, pois o surgimento das correntes garantistas, minimalistas e abolicionistas também são uma forma de aprimoramento. Nesse caso, o aprimoramento do direito penal, e que vem demonstrar que o direito penal nem sempre é a melhor alternativa, conforme já verificado, quando se tratou da subsidiariedade do Direito Penal. Desta forma, Queiroz ensina que

As leis penais supõem, de parte de seus destinatários (potenciais criminosos), uma regularidade de expectativas, emoções, instintos e interesses que simplesmente não existe. É que no fundo praticamos crimes pelas mesmas razões que não os praticamos, isto é, porque temos ou não motivações para tanto; e essas motivações variam de pessoa para pessoa e são sempre novas.

Talvez por isso, ou também por isso tivesse razão **Nietzsche** quando afirmava que é impossível saber por que realmente se castiga, e que o que chamamos justiça não é outra coisa senão uma transformação do ressentimento e, pois, uma forma de vingança com nome diverso.⁶⁹

Migliari Júnior, por sua vez, aplaude Séguin e Carrera ao afirmar que o posicionamento doutrinário contrário à responsabilização penal da pessoa jurídica está equivocado pois ignora que

O momento histórico-social, quando a parte especial do Código penal (1940) foi promulgada, é diverso do contexto jurídico-social da LCA (Lei dos Crimes ambientais), que veio a lume em 1998, momentos em que as palavras de ordem são Globalização, preocupação com o Meio Ambiente e repressão internacional à criminalidade.⁷⁰

Migliari Júnior segue a mesma tendência e ensina que é admissível a responsabilidade penal da pessoa jurídica sobretudo no plano constitucional, fundamenta no dizer de Freitas que

⁶⁹ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.101.

⁷⁰ SÉGUIN, Elida. *Lei dos crimes ambientais*. Rio de Janeiro: Esplanada, 1999 apud MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004. p.83.

Temos agora a previsão constitucional a norma legal. Impossível, assim, cogitar de eventual inconstitucionalidade, como ofensa a outros princípios explícita ou implicitamente na Carta Magna. Se a própria Constituição admite expressamente a sanção penal à pessoa Jurídica, é inviável interpretar a lei como inconstitucional, porque ofenderia outra norma que não é específica sobre o assunto. Tal tipo de interpretação em verdade significaria estar o Judiciário a rebelar-se contra o que o Legislativo deliberou, cumprindo a Constituição Federal. Portanto, cabe a todos agora, dar efetividade ao dispositivo legal.⁷¹

Desta forma, Migliari Júnior destaca que está presente uma nova ordem constitucional a qual permite que em casos específicos previstos na Constituição Federal, é possível a atuação do direito penal sobre a pessoa jurídica responsabilizando-a penalmente.⁷²

Isto porque, diante do atual momento social e da globalização, deve-se reconhecer os entes coletivos como pessoas reais, e não fictas, posto que passaram a constituir patrimônio próprio e principalmente vontade própria e independente da vontade de seus membros. Desta forma, a vontade do ente coletivo se exprime através de seus órgãos deliberativos, e em seu interior está o elemento intencional da prática delituosa, fato reconhecido por outras esferas do direito, que não o penal, como o cível e administrativo, de forma que não é inviável que se aplique tal concepção também no âmbito do direito penal.⁷³

Santos concorda que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado deve receber proteção através de todos os meios jurídicos necessários, dentre os quais se incluem o direito penal, ressaltando que devem ser “observados os princípios de intervenção mínima e de *ultima ratio* da repressão criminal no Estado Democrático de Direito”.⁷⁴

⁷¹ FREITAS, Gilberto Passos de; FREITAS, Vladimir Passos de. *Crimes contra a natureza (de acordo com a Lei 9605/98)*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000 apud MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004. p.86.

⁷² MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004. p.88.

⁷³ Idem. Ibidem. p.89.

⁷⁴ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p.661-662.

Desta forma, Santos considera que a instituição da responsabilidade penal da pessoa jurídica como forma de proteção ao meio ambiente é desnecessária e equivocada.

Desnecessário porque existem meios jurídicos e administrativos mais simples e eficazes do que a pena criminal – aliás, o instrumento menos eficaz de política social;

Equivocado, porque somente a organização psicossomática do ser humano pode praticar fatos definidos como crimes e ser responsabilizado por esses fatos mediante a aplicação de penas – portanto, as *determinações do ser* constituem limite intransponível do *dever ser* jurídico-penal, excluindo a criminalização ou a penalização de entidades fictícias ou abstratas.⁷⁵

Contudo, Migliari Júnior ressalta que estender os crimes à pessoa jurídica é questão que se justifica pela injustiça de punir somente a pessoa física que tomou a decisão em favor daquela. Observa, ainda, que se a pena for aplicada somente à pessoa física, não há óbice a modificações no quadro funcional da pessoa jurídica e portanto se manteria a mesma pessoa jurídica delituosa.⁷⁶

Santos, por sua vez, leciona que a aplicação de pena criminal às pessoas jurídicas fere o princípio da personalidade da pena, o que confirma através do seguinte exemplo hipotético:

Acionistas minoritários vencidos em assembleias gerais, ou sócios que não participaram da decisão no âmbito da pessoa jurídica, são atingidos do mesmo modo que acionistas majoritários ou sócios que participaram da decisão.⁷⁷

Santos esclarece que esse não é o mesmo caso, como alegam os defensores da criminalização da pessoa jurídica, de penas criminais que também atingem a família do condenado. Alegações nesse sentido, na verdade, são

⁷⁵ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 662.

⁷⁶ MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004. p.89.

⁷⁷ SANTOS, op. cit. p. 688.

formuladas por meio de grande confusão entre a execução da pena e os efeitos socioeconômicos da pena sobre a família do acusado.

A pena de privação de liberdade do réu não significa privação de liberdade da família ou de dependente do condenado, assim como restrições de direitos do réu não significam penas restritivas de direitos da família ou de dependente do condenado etc.⁷⁸

Todavia, Milaré e Costa Júnior, verificam os ordenamentos anglo-saxônicos, e apontam que um posicionamento pragmático vai se formando no sentido de considerar possível a responsabilização penal de empresas e sociedades, partindo-se da necessidade de punir a vantagem que a pessoa jurídica obtém da atividade ilícita.⁷⁹

Ao que Santos esclarece, no cenário internacional surgem dois posicionamentos antagônicos acerca da responsabilidade penal da pessoa jurídica. Países regidos pela *common law*,⁸⁰ como os anglo-saxônicos, a admitem, pois os precedentes legais da forma como fundamentam seu sistema de justiça não apresentam obstáculos metodológicos ou científicos de suma importância. Por outro lado, países regidos pela *civil law*⁸¹ a rejeitam, pois “os sistemas e conceitos fundados na unidade orgânica de instituições e normas jurídicas escritas, criam obstáculos metodológicos e científicos insuperáveis”.⁸²

Por outro lado, Migliari Júnior afirma que os artigos 173 e 225 da Constituição Federal estenderam a responsabilidade penal à pessoa jurídica e aí encontra a coerência para que a legislação infraconstitucional também o faça, posto que os preceitos do Código Penal são perfeitamente adaptáveis à previsão constitucional. As dificuldades que surgem são perfeitamente contornáveis, o

⁷⁸ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 688.

⁷⁹ MILARÉ, Édís; Costa Júnior, Paulo José da. *Direito Penal Ambiental*. Comentários à Lei 9.605/98. Campinas: Millennium, 2002. p.10-11.

⁸⁰ Estrutura jurídica utilizada por países de origem anglo-saxônica, onde as fontes do Direito proveem principalmente da Jurisprudência.

⁸¹ Estrutura jurídica da qual as principais fontes do Direito adotadas são as leis previamente escritas.

⁸² SANTOS, op. cit. p.661.

que se pode observar através da responsabilização civil e administrativa da pessoa jurídica no ordenamento pátrio.⁸³

Entretanto, como será verificado mais adiante, os fundamentos jurídicos da responsabilidade civil, que podem ser meramente objetivos, não se confundem com os fundamentos da responsabilidade penal que são objetivos e subjetivos.

Migliari Júnior cita Sanctis para apontar que a redação constitucional dos artigos 173, § 5º e 225, §3º somada à regra da isonomia deixa claro que deve ser adotado a responsabilidade dos grupamentos.⁸⁴

Oportuno, portanto, que se destaque o art. 173§ 5º, ressaltando-se que o art. 225, §3º será tratado mais adiante.

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

[...]

§ 5º - A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.⁸⁵

Contudo, Santos aponta que especialistas em Direito Penal afirmam que no art. 173, § 5º, onde a Constituição fala de responsabilidade ela quer dizer simplesmente responsabilidade, sem qualquer adjetivo. A constituição está definindo um conceito jurídico geral que jamais pode ser confundido com o conceito jurídico especial da responsabilidade penal. Até porque, o conceito jurídico de punição não é exclusivo do direito penal, pois abarca também as

⁸³ MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004. p.89.

⁸⁴ SANCTIS, Fausto Martin de. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1999 apud MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004. p.90.

⁸⁵ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

sanções administrativas, com o mesmo caráter retributivo e preventivo das sanções penais, e as vezes com efeitos até mais graves.

Migliari Júnior discorda desse posicionamento ao concluir que a nova legislação ambiental não deixa mais as pessoas jurídicas livre de ações penais, de forma que podem ser sujeitos de responsabilidade penal. Cita que de acordo com Shecaira

Ao lado do princípio da culpabilidade individual, de raízes éticas, surge a construção categórica de uma outra culpa de natureza coletiva. [...] Se é verdade que a culpabilidade é um juízo individualizador, não é menos verdade que se pode imaginar um juízo paralelo – já que não igual – para a culpa coletiva. Esse sistema dicotômico pode ser chamado de modelo de dupla imputação.⁸⁶

Migliari Júnior destaca o posicionamento de Shecaira de que a responsabilização exclusiva da pessoa física é uma falha por não dissuadir o cometimento de crimes pelas grandes empresas:

Quando ocorre um delito de natureza econômica o agente imediato é punido, mesmo não obtendo qualquer benefício direto com o cometimento do delito. No mais das vezes, a verdadeira beneficiária – a empresa – obtém as vantagens do crime sem sofrer qualquer consequência legal ou patrimonial.⁸⁷

Para aplicação da culpa coletiva, as pessoas jurídicas, segundo prescreve Shecaira, devem ter reconhecidas

Sua vontade, não no sentido próprio que se atribui ao ser humano, resultante da própria existência natural, mas em um plano pragmático-sociológico, reconhecível socialmente. Essa perspectiva permite a criação de um conceito novo denominado ‘ação delituosa institucional’, ao lado das ações humanas individuais.⁸⁸

⁸⁶ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*, 2ª tiragem. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1998 apud MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004. p.103.

⁸⁷ Idem. Ibidem.

⁸⁸ Idem. Ibidem.

Desta forma, Milaré e Costa Júnior sugerem que, para dar efetividade à responsabilidade penal da pessoa jurídica, deve-se reformular o conceito de culpabilidade. “A culpabilidade da pessoa jurídica não está adstrita à vontade, enquanto laço psicológico entre a conduta e o agente, ou à sua consciência da ilicitude, mas à reprovabilidade de sua conduta”.⁸⁹

Entretanto, Santos observa que o conceito de culpabilidade, que é o juízo de reprovação do sujeito imputável ao realizar um tipo de crime, conscientemente do injusto, em condições normais de circunstâncias é a expressão do poder de agir de outro modo que consta no conceito normativo de culpabilidade o qual se atribui ao ser humano mas que é impossível de ser atribuído à pessoa jurídica.⁹⁰

A pessoa jurídica não tem *capacidade de culpabilidade* porque as condições pessoais de *maturidade* e de *sanidade mental* dos seres humanos não existem na **entidade incorpórea** da pessoa jurídica.⁹¹

Desta forma,

O chamado *modelo analógico de culpabilidade* proposto por TIEDEMAN para a pessoa jurídica, é pura ficção: afinal, os *defeitos* ou *falhas* de organização, que fundamentariam a *culpabilidade de empresa*, não seriam atribuíveis à pessoa jurídica (como pretende o modelo), mas às pessoas físicas dirigentes desta. O conceito de **culpabilidade** também é incompatível com o conceito de pessoa jurídica.⁹²

Santos demonstra a impossibilidade científica e metodológica de aplicação do conceito de crime ao conceito de pessoa jurídica com a seguinte fórmula: o conceito de crime, representado pelas categorias do tipo de injusto e da culpabilidade, construções exclusivas para aplicação ao ser humano, por possuir organização biopsíquica capaz de representação e de vontade do fato,

⁸⁹ MILARÉ, Édis; Costa Júnior, Paulo José da. *Direito Penal Ambiental*. Comentários à Lei 9.605/98. Campinas: Millennium, 2002. p.20.

⁹⁰ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 676.

⁹¹ Idem. Ibidem.

⁹² Idem. Ibidem. p. 679.

não pode ser aplicado à pessoa jurídica, nem entendida pela teoria da realidade, nem entendida pela teoria da ficção, porque a pessoa jurídica é absolutamente incapaz de “produzir os fenômenos *psicológicos* e *emocionais* exclusivos da **pessoa física**”.⁹³

Assim, Santos assevera a necessidade da conceituação de pessoa jurídica como condição para criminalização do ente, pois é a maneira pela qual se poderá identificar o modo e os meios pelos quais o ente praticaria os crimes. Entretanto, a lei Brasileira que instituiu a responsabilidade da pessoa jurídica não definiu seu conceito.⁹⁴

O conceito da pessoa jurídica é proposto por Savigny através da teoria da ficção, e por Gierke pela teoria da realidade. Para a teoria da ficção a pessoa jurídica é uma criação da lei, dotada simplesmente de vontade reflexa. Para a teoria da realidade, a pessoa jurídica é ser autônomo, com vontade real, formada pelo encontro de vontades individuais em reuniões, deliberações e votos.⁹⁵

Conforme ensina Santos, pela teoria da ficção

As dimensões subjetivas do **tipo de injusto** (consciência e vontade de realizar o fato) e da **culpabilidade** (consciência e vontade de realizar o desvalor do fato) somente podem existir na pessoa física, nunca podendo existir na estrutura incorpórea da pessoa jurídica: uma **criação legal** não dispõe da estrutura biológica e psíquica do ser humano, necessária para **decisões** dolosas ou imprudentes, em condições de **reprovação pessoal** de culpabilidade.⁹⁶

Já pela teoria da realidade, Santos aponta que

As dimensões subjetivas do **tipo de injusto** e da **culpabilidade** podem se realizar na pessoa jurídica, portadora de *vontade coletiva* produzida em *reuniões*, *deliberações* ou *votos*, uma espécie de *vontade pragmática* que dirige a **ação** da empresa. Assim, a *capacidade de ação* da pessoa jurídica teria por fundamento a *vontade coletiva* sedimentada em *reuniões*, *deliberações* e *votos*, produtora da chamada *ação institucional* – um conceito de natureza

⁹³ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 683.

⁹⁴ Idem. Ibidem. p. 669.

⁹⁵ Idem. Ibidem. p. 670.

⁹⁶ Idem. Ibidem.

sociológica, com o qual se pretende inaugurar uma perspectiva dicotômica de *dupla imputação* no Direito Penal: i) imputação de *ação humana* às pessoas físicas; ii) imputação de *ação institucional* às pessoas jurídicas.⁹⁷

Todavia, Santos complementa que essa vontade coletiva ou pragmática que produz a ação institucional da pessoa jurídica não pode ser confundida com a vontade consciente do conceito de ação da pessoa física. Explica o autor que a vontade coletiva da ação institucional não contém os requisitos internos da ação humana, como base psicossomática do conceito de crime, que servem de fundamento para a natureza pessoal da responsabilidade penal.⁹⁸

Desta forma, Santos leciona que a incapacidade de ação da pessoa jurídica impede a realização do tipo do injusto, pois a ação, como fundamento psicossomático do crime, ou “*substantivo* qualificado pelos adjetivos do *tipo de injusto* e da *culpabilidade*”, relaciona-se a um fenômeno exclusivamente humano que não se confunde com o conceito de ação institucional ligado à pessoa jurídica.⁹⁹

Assim, para a teoria causal a ação é o comportamento humano voluntário, para a finalista é acontecimento dirigido pela vontade consciente do fim, para o modelo social é comportamento humano de relevância social dominado ou dominável pela vontade e para o modelo pessoal é manifestação da personalidade. Portanto, a ação como fundamento psicossomático do conceito de crime, é fenômeno exclusivamente humano, e a pessoa jurídica, que não se confunde com os seres humanos que a compõe, é incapaz de ação. Essa incapacidade de ação é um dos obstáculos insuperáveis para que se criminalize a pessoa jurídica.¹⁰⁰

Santos esclarece o equívoco em que incorrem alguns renomados doutrinadores ao acreditarem que se a pessoa jurídica pode realizar ação de contratar na esfera cível então também poderia realizar ações criminosas. Para

⁹⁷ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 670-671.

⁹⁸ Idem. Ibidem. p. 671.

⁹⁹ Idem. Ibidem.

¹⁰⁰ Idem. Ibidem. p. 671-672.

o doutrinador, incorre em grave erro a tentativa de equiparar os fundamentos jurídicos da responsabilidade civil, que podem ser meramente objetivos, com os fundamentos da responsabilidade penal que são objetivos e subjetivos.

A ação de contratar de natureza civil, e a *ação criminosa* de natureza penal são conceitos que não se recobrem. Na verdade o sofisma da capacidade da pessoa jurídica para a *ação de contratar*, como demonstração da capacidade para *ações criminosas*, mostra que a tese da responsabilidade penal *impessoal* da pessoa jurídica racha de alto a baixo o conceito de crime, mutilando os componentes psico-fenomenológicos da estrutura do **tipo de injusto** e da **culpabilidade**: suprime o componente psicossocial do Direito penal, em suas dimensões de representação (e de vontade) do **fato** e de representação da **proibição do fato**.¹⁰¹

Santos ressalta outro ponto incompatível com a pessoa jurídica, seja esta entendida pela teoria da ficção ou pela teoria da realidade. Trata-se do tipo de injusto, como ação típica e antijurídica concreta. O tipo do injusto compõe-se de um tipo objetivo que se configura pela realização do risco, e de um tipo subjetivo configurado pela realização do plano.¹⁰²

Nos crimes dolosos, o *tipo subjetivo* é constituído por *funções* específicas do **aparelho psíquico** do ser humano, um órgão capaz de **consciência** (representação do mundo) e de **vontade** (ação sobre o mundo) reais, que não existe na pessoa jurídica.¹⁰³

Santos esclarece:

A teoria da ficção exclui-se por si mesma: se é fictícia, não é real; e a *teoria da realidade* não pode explicar de que modo a *vontade coletiva* da **pessoa jurídica**, manifestada em *reuniões*, *deliberações* ou *votos*, produziria os fenômenos psíquicos da **consciência** e da **vontade** (dolo) de realizar um crime. De fato, a chamada *vontade coletiva* da pessoa jurídica **é incapaz de dolo**, como *vontade consciente de realizar um crime*: **se a vontade é energia**

¹⁰¹ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 673.

¹⁰² Idem. Ibidem.

¹⁰³ Idem. Ibidem. p. 673-674.

psíquica individual produtora da *ação típica*, e **se** a *consciência* é direção inteligente daquela energia psíquica individual, **então** esses componentes não podem existir no vazio psíquico da impessoal *vontade coletiva* da pessoa jurídica.¹⁰⁴

Desta forma, Santos observa que “a vontade coletiva ou pragmática da pessoa jurídica é incapaz de imprudência, fenômeno fundado da capacidade individual”.¹⁰⁵

Assim, Santos preceitua que a vontade coletiva ou pragmática da mencionada ação institucional é incapaz de omissão de ação, posto que, sendo incapaz de ação, que é fundamento psicossomático do conceito de crime, necessariamente é incapaz de omissão, que tem como pressuposto lógico a capacidade concreta de ação.

No tocante à capacidade de ação da pessoa jurídica, Santos conclui:

Se a pessoa jurídica é *incapaz* de realizar o tipo **de injusto doloso, imprudente e omissivo** então a criminalização da pessoa jurídica infringe a dimensão material do *princípio da legalidade* expressa na fórmula *nullum crimen sine lege* (art. 5º, XXXIX, CR).¹⁰⁶

E por decorrência lógica, Santos aponta a incapacidade de culpabilidade do ente jurídico, nos termos seguintes:

Assim como a pessoa jurídica é *incapaz de ação*, pela mesma razão é *incapaz de culpabilidade*: se a pessoa jurídica não pode agir, também não tem o poder de *agir de outro modo*, que fundamenta o juízo de reprovação. O princípio da culpabilidade, popularizado na fórmula *nullum crimen sine culpa*, possui uma estrutura universal, assim definida: a) a *capacidade de culpabilidade* indica se o sujeito é capaz de saber e de controlar o que faz – excluída ou reduzida nas hipóteses de menoridade ou de insanidade psíquica; b) o *conhecimento do injusto* indica se o sujeito *sabe realmente o que faz* – excluído ou reduzido nas hipóteses de *erro de proibição*; c) a *exigibilidade de*

¹⁰⁴ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 674.

¹⁰⁵ Idem. Ibidem.

¹⁰⁶ Idem. Ibidem. p. 675-676.

comportamento diverso fundada na normalidade das circunstâncias da ação, indica se o sujeito *teria tido o poder de não fazer o que fez*, excluído ou reduzido em situações de exculpação específicas.¹⁰⁷

Não obstante, Migliari Júnior destaca que a responsabilidade penal da pessoa jurídica foi consagrada pelo constituinte nos artigos 173, § 5º e 225, §3º, e desta forma o constituinte adotou a melhor medida para o combate ao crime praticado pelos entes jurídicos, pois o Direito Penal, por seus preceitos sancionatórios, pode se mostrar mais adequado que os preceitos no âmbito cível e administrativo. Pois a inflição de uma pena com o duplo caráter da prevenção geral positiva e da prevenção especial farão com que as pessoas jurídicas tenham mais cuidado em sua atuação no que toca ao meio ambiente.

Contudo, Santos ensina que as funções atribuídas à pena criminal segundo o que preceitua o discurso oficial da teoria jurídica da pena, acerca da reprovação da culpabilidade e da prevenção geral e especial da criminalidade, não podem ser aplicadas à pessoa jurídica, devido ao fato de que a ficção legal ou a massa patrimonial da pessoa jurídica não possui as características das emoções ou dos sentimentos humanos que são a fundamentação para as funções atribuídas à pena criminal pelo discurso oficial.¹⁰⁸

No que toca a reprovação da culpabilidade, esclarece Santos que

A reprovação do crime medida pela pena *retributiva de culpabilidade* não pode incidir sobre a *vontade coletiva* ou *pragmática* da pessoa jurídica porque a *psique impessoal e incorpórea* da pessoa jurídica é incapaz de *sofrimento* ou de *arrependimento*, estados afetivos exclusivos do ser humano, pressupostos na função de *retribuição penal* do discurso oficial.¹⁰⁹

Quanto a prevenção geral, Santos preconiza que

A *prevenção geral negativa* de desestímulo da criminalidade pela intimidação de criminosos potenciais, não pode atuar sobre empresa: a *vontade coletiva* transpsíquica ou interpessoal da pessoa jurídica não é

¹⁰⁷ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 676.

¹⁰⁸ Idem. Ibidem. p. 690.

¹⁰⁹ Idem. Ibidem.

sensível a função de *intimidação* atribuída pelo discurso oficial. Por causa disso, os partidários da *criminalização* da pessoa jurídica destacam a função de *prevenção geral positiva* da pena criminal, de reforço dos valores comunitários, ou de estabilização das expectativas normativas desestabilizadas pelo crime etc – nesse caso, ignorando que a dimensão **positiva** não pode existir sem a dimensão **negativa** de intimidação do criminoso potencial: afinal, o conteúdo *aflitivo* da pena é pressuposto das funções de *confirmação* da validade da norma, ou de *contradição* da negação da norma às custas do autor etc.¹¹⁰

A respeito da prevenção especial, Santos destaca

A *prevenção especial negativa* de neutralização do condenado mediante privação da liberdade pessoal, é impensável para as pessoas jurídicas: empresas não podem ser encarceradas. Mais uma vez, os partidários da *criminalização* da pessoa jurídica enfatizam a *prevenção especial positiva* como *ressocialização* do condenado – de novo ignorando que a prevenção geral **positiva** de correção do condenado pela execução da pena constitui programa pedagógico jamais realizado na pessoa física, e impossível de ser realizado na pessoa jurídica.¹¹¹

Milaré e Costa Júnior, seguem entendimento de Migliari Júnior, para quem a responsabilidade penal da pessoa jurídica é imposição constitucional, posto que ao lado do princípio da responsabilidade penal pessoal o constituinte, de forma expressa, prescreveu no artigo 225, parágrafo 3º, a responsabilidade da pessoa jurídica.¹¹²

Para que se compreenda a discussão, faz-se necessária a apresentação do texto constitucional:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou

¹¹⁰ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 690.

¹¹¹ Idem. Ibidem. p. 690-691.

¹¹² MILARÉ, Édís; Costa Júnior, Paulo José da. *Direito Penal Ambiental*. Comentários à Lei 9.605/98. Campinas: Millennium, 2002. p.21.

jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.¹¹³

Santos, afirma que a análise do disposto no artigo 225, §3º da Constituição conforme geralmente é feita pelos constitucionalistas e ambientalistas ao declararem que esse dispositivo rompe o princípio da responsabilidade penal pessoal não passa de equívoco interpretativo.

Santos afirma que esse tipo de interpretação claramente suprime as diferenças semânticas das palavras condutas e atividades, considerando-as arbitrariamente como sinônimos, aplicáveis de maneira igual às pessoas físicas e jurídicas. Também é equivocada interpretar que as pessoas jurídicas são passíveis de sanções penais e administrativas.¹¹⁴

Este doutrinador esclarece que “especialistas em direito penal rejeitam a pretendida ruptura do princípio constitucional da responsabilidade penal pessoal, fundados nas diferenças semânticas das palavras condutas e atividades”¹¹⁵ do texto constitucional.

De acordo com Santos, do artigo 225, §3º da Constituição deve-se estruturar “as seguintes correlações lógicas: a) as *condutas* de *pessoas físicas* sujeitarão os infratores a *sanções penais*; b) as *atividades* de *pessoas jurídicas* sujeitarão os infratores a *sanções administrativas*”.

Santos relembra que “a lei não contém palavras inúteis, e o emprego de sinônimos seria uma inutilidade, incompatível com a técnica legislativa e com a inteligência do Legislador”.¹¹⁶ Uma forma de interpretação, considera que o constituinte utilizou-se de sinônimos, outra, considera diferentes significados semânticos para diferentes termos da lei.

Assim, Santos afirma categoricamente que “a responsabilidade penal continua **pessoal** no Brasil: a Constituição não instituiu a exceção da

¹¹³ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

¹¹⁴ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 665-666.

¹¹⁵ Idem. Ibidem. p. 666.

¹¹⁶ Idem. Ibidem.

responsabilidade penal **impessoal** da pessoa jurídica”¹¹⁷ e constata: “A tese da responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais parece resultar de leitura apressada das normas constitucionais – não raro influenciada pelo fenômeno psíquico de projeção dos desejos pessoais do interprete da lei”.¹¹⁸

Desta forma, acerca das disposições constitucionais, Santos conclui que a

Criminalização da pessoa jurídica realizada pelo legislador ordinário em crimes ambientais (Lei 9605/98), como forma de responsabilidade penal **impessoal**, é inconstitucional: as normas do art. 173, §5º e do art. 225, § 3º, da Constituição, não instituíram – nem autorizaram o Legislador a instituir – a exceção da responsabilidade penal da pessoa jurídica.¹¹⁹

Santos ressalta que a estrutura legal da pessoa jurídica não admite as categorias conceituais da responsabilidade penal pessoal de seres humanos, pois colide com os princípios constitucionais da legalidade e da culpabilidade, definidores do conceito de crime, e com os princípios constitucionais da personalidade e individualização da pena, formadores do conceito de pena. Nas palavras do autor, isso desfaz “a ilusão de que a pessoa jurídica pode cometer crimes e, assim, superar a tese absurda da responsabilidade penal da pessoa jurídica”.¹²⁰

Santos aponta que, apesar de habitualmente, países regidos pela *civil law* rejeitarem a responsabilidade da pessoa jurídica, a França adotou-a para os crimes em geral, exceto os absolutamente impossíveis de serem praticados pelo ente coletivo, como homicídio doloso, estupro etc. Este posicionamento foi seguido no Brasil, pelo legislador ordinário, através da lei nº 9.605/98, estritamente quanto aos crimes ambientais.¹²¹

Todavia, Santos relembra que a lei penal possui dois elementos obrigatórios, e a falta de qualquer deles faz com que a produção legislativa seja

¹¹⁷ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 666.

¹¹⁸ Idem. Ibidem.

¹¹⁹ Idem. Ibidem. p. 667.

¹²⁰ Idem. Ibidem.

¹²¹ Idem. Ibidem. p.671.

descaracterizada como lei penal. O primeiro elemento é o preceito, o tipo legal, que é a descrição da proibição, ou a descrição do comando contido no preceito, expressão do princípio *nullum crimen sine lege*. O segundo elemento é a sanção penal, que é a determinação da consequência jurídica pela violação culpável ao preceito, expressão do princípio *nulla poena sine lege*.¹²²

A partir desta recordação, Santos analisa a Lei nº 9.605/98 e constata o seguinte:

A técnica legislativa utilizada pelo Legislador brasileiro, no aspecto específico da **penalização da pessoa jurídica** pela Lei 9605/98, é defeituosa: a) as normas penais são *perfeitas* para **pessoas físicas**, porque contém **preceito** e **sanção** dirigidos a seres humanos, como toda lei penal; b) as normas penais são *imperfeitas* para **pessoas jurídicas** porque contém **preceito**, mas **não contém sanção** aplicável às pessoas jurídicas. Logo, não possuem o **status** constitucional de lei penal e, portanto, **não são leis penais** para pessoas jurídicas.¹²³

Santos esclarece como se verifica o defeito da técnica legislativa na Lei nº 9.605/98:

As penas de **multa**, de **restrição de direitos** e de **prestação de serviços à comunidade**, referidas no art. 21 da Lei 9.605/98, são **genéricas e indeterminadas** – portanto, não apresentam os requisitos de **sanção penal**, no sentido do Princípio da Legalidade: a) são penas **genéricas** porque a lei penal não especifica os **tipos legais** para os quais comina as penas respectivas, de modo que ninguém sabe qual pena se aplica a qual tipo penal; b) são penas **indeterminadas** por que a lei não determina os limites *mínimos* e *máximos* de aplicação das penas cominadas.¹²⁴

O legislador brasileiro tentou adotar o modelo francês para criar a responsabilização penal da pessoa jurídica. Entretanto, omitiu dois elementos essenciais. Pois não especificou os tipos legais aplicáveis a pessoas jurídicas e também não determinou os limites legais das penas cominadas às pessoas

¹²² SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 684.

¹²³ Idem. Ibidem.

¹²⁴ Idem. Ibidem.

jurídicas, elementos constantes na lei francesa. Nos termos utilizados por Santos, “o Legislador brasileiro **mutilou** o modelo adotado”.¹²⁵

Santos ressalta que

Esse não é um problema formal, mais um problema político real vinculado às garantias constitucionais do Estado Democrático de Direito: a **especificação** dos tipos legais nos quais são cominadas penas criminais e a **determinação** dos limites legais das penas cominadas **são tarefas constitucionais exclusivas do Legislador**. Em outras palavras, nenhum Juiz ou Tribunal pode *especificar* os tipos legais aos quais se aplicam as genéricas penas cominadas, nem *determinar* os limites penais da cominação legal genérica, sem violentar o sistema constitucional de *separação de poderes* do Estado.¹²⁶

Desta maneira, Santos não deixa dúvida quanto à violação do princípio da legalidade

A *generalidade e indeterminação* das penas cominadas infringe o **princípio da legalidade**, expresso na fórmula *nulla poena sine lege*: afinal, se a lei atribui responsabilidade penal à pessoa jurídica, então a pessoa jurídica teria o direito constitucional de conhecer a **natureza** e a **quantidade** das penas cominadas pela violação do preceito – um conhecimento impossibilitado pela *generalidade e indeterminação* das penas criminais na legislação brasileira.¹²⁷

E aponta que o defeito legislativo constatado na referida norma, padece de vício insanável

O defeito da lei penal não pode ser corrigido pela aplicação subsidiária às pessoas jurídicas das regras do Código Penal instituídas para pessoas físicas (art. 79 da Lei 9605/98), por uma razão simples: o artifício da *aplicação subsidiária* das regras do Código Penal ultrapassa os limites da interpretação da lei penal, para constituir **integração analógica praeter legem in malam partem** realizada por um Juiz que funciona, também, como Legislador - o que é ilegal.¹²⁸

¹²⁵ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 685.

¹²⁶ Idem. Ibidem.

¹²⁷ Idem. Ibidem. p. 686.

¹²⁸ Idem. Ibidem.

Por fim, Santos conclui que a Lei 9605/98 não se enquadra no conceito de lei penal

O conceito de lei penal, estruturado pela descrição do **tipo legal** (*nullum crimen sine lege*) e pela previsão da **sanção penal** (*nulla poena sine lege*), não está caracterizado na lei que instituiu a responsabilidade penal das pessoas jurídicas, por *generalidade* e *indeterminação* das penas cominadas, defeito constitucional não supável pela **aplicação subsidiária** das regras instituídas para pessoas físicas (art.79, da Lei 9605/98), por que constituiria **integração analógica *praeter legem in malam partem***, com infração do princípio da legalidade.¹²⁹

E completa que os conceitos de retribuição e prevenção são inaplicáveis ao ente coletivo

O conceito de pena, representado pelos objetivos de **retribuição** da culpabilidade e de **prevenção** da criminalidade, segundo o discurso oficial da teoria jurídica da pena, desenvolvido para atuar sobre o complexo de afetos, emoções ou sentimentos da psique humana, organização biopsíquica capaz de *sofrimento*, de *arrependimento*, de *intimidação* e de *aprendizagem*, não pode incidir sobre a psique *impessoal* e *incorpórea* da pessoa jurídica, insuscetível de produzir qualquer das atitudes, dos estados ou dos sentimentos humanos pressupostos no discurso oficial da teoria jurídica da pena criminal.¹³⁰

Após essas considerações sobre a impossibilidade da responsabilização penal da pessoa jurídica, Santos então sugere que seja aplicada a responsabilização da pessoa física representante da pessoa jurídica, e na hipótese de condenação por infração que aproveite à pessoa jurídica, que sejam aplicadas medidas de extinção, interdição, suspensão, multas ou qualquer outra, como **efeito da condenação** dos dirigentes.

¹²⁹ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 691.

¹³⁰ Idem. Ibidem. p. 691-692.

Diante deste cenário, cumpre tecer breve análise acerca da autoria mediata, o qual se faz a seguir.

3.2. AGENTE MEDIATO DA INFRAÇÃO

Há ocorrência de autoria mediata quando o autor do delito domina dolosamente a vontade de outra pessoa e, dessa forma, serve-se de outrem que acaba atuando como mero instrumento da ação criminosa da vontade do primeiro. O segundo, é quem executa a ação, no entanto, o primeiro é quem possui o domínio do fato, por isso só o autor mediato é quem responde penalmente.¹³¹

A autoria mediata só se configura quando o autor imediato encontra-se em situação de verdadeira subordinação. Portanto, deve o autor imediato ser convertido em mero instrumento daquele que exerce a influência, do contrário, existirá concurso de pessoas.¹³²

Nos termos utilizados por Santos “a *autoria mediata* define a realização do tipo de injusto com utilização de terceiro como instrumento, que realiza o fato em posição, subordinada ao controle do autor mediato”.¹³³

A pesquisa realizada como base deste trabalho, não encontrou doutrina que considerasse a pessoa jurídica como autora imediata na consecução de algum ilícito – exceto por uma pequena nota de rodapé explicativa onde o autor faz clara confusão entre concurso de pessoas e autoria mediata, ao afirmar que Shecaira sustenta que “na responsabilização de pessoa jurídica sempre haverá concurso de pessoas, em que a pessoa jurídica é autora mediata e a pessoa física autora imediata”¹³⁴

Como visto em Queiroz e Santos, autor mediato é aquele que tem o domínio do fato, portanto, no dizer de Shecaira apud Rocha, seria a pessoa

¹³¹ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 294.

¹³² Idem. Ibidem.

¹³³ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012. p. 348.

¹³⁴ ROCHA, Fernando A. N. Galvão da. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. p. 70.

jurídica que estaria subordinando a pessoa física à sua vontade, o que seria inconcebível ao pensar nas relações de tomada de decisão do ente coletivo. Além disso Queiroz enfatiza que quando não houver autoria imediata é que haverá concurso de pessoas.

Não obstante, dada a consideração de que a vontade da pessoa jurídica é totalmente dependente e influenciada pela vontade de seus dirigentes/representantes, a princípio, parece razoável o surgimento de teses que defendam que a atuação da pessoa jurídica se enquadre no conceito de autoria imediata figurando os dirigentes/representantes como autores mediatos, por utilizarem a pessoa jurídica como instrumento da ação de suas vontades.

3.3. OUTRAS FORMAS DE RESPONSABILIZAÇÃO

Deve-se levar em conta o caráter subsidiário do direito penal, que preconiza a observância dos princípios de intervenção mínima e de última medida a ser tomada através da repressão criminal estatal em um Estado Democrático de Direito. Assim, busca-se garantir que o legislador tenha cautela para não tipificar como crime ações que possam ser resolvidas por outros ramos do direito da mesma forma que se busca alcançar o operador do direito para que este não tipifique condutas as quais possuam outras formas jurídicas de resposta que gerem menor dano que o sistema penal.¹³⁵

Partindo deste pressuposto, convém analisar, ainda que brevemente outras formas de controle jurídico social aplicáveis através dos ramos de Direito Civil e Direito Administrativo, os quais serão tratados no capítulo seguinte.

¹³⁵ CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal: parte geral*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 1. p. 21.

4. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Silva aborda o tema da proteção ao meio ambiente elogiando a Constituição Federal de 88 por seguir e até mesmo ultrapassar as Constituições mais recentes como as da Bulgária, ex-URSS, Portugal e Espanha.

Silva aponta que a Constituição

Toma consciência de que a 'qualidade do meio ambiente se transforma num bem, num patrimônio, num valor mesmo, cuja *preservação, recuperação e revitalização* se tornaram num imperativo do Poder Público, para assegurar a saúde, o bem estar do homem e as condições de seu desenvolvimento. Em verdade, para assegurar o direito fundamental à vida'.¹³⁶

Desta forma, para Silva, o direito à vida, cerne de todos os demais direitos fundamentais do homem é que deve orientar as formas de atuação acerca da tutela do meio ambiente. Pois este possui valor de destaque, e deve estar acima de considerações como desenvolvimento, propriedade, iniciativa privada. Estes também possuem proteção constitucional, contudo jamais poderão

Primar sobre o direito fundamental à vida, que está em jogo quando se discute a tutela da qualidade do meio ambiente, que é instrumental no sentido de que, através dessa tutela, o que protege é um valor maior: *a qualidade da vida humana*.¹³⁷

Destaque-se o alto grau de importância do meio ambiente no ordenamento brasileiro, posto que é assegurador da vida do ser humano. Assim, como destaca Silva, o texto constitucional avançou na proteção ambiental, embora ainda tome o meio ambiente a partir de uma visão antropocêntrica, ao contrário na nova Constituição do Equador que assume um posicionamento ecocêntrico, ou biocêntrico.

¹³⁶ SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p.848-849.

¹³⁷ Idem. Ibidem. p. 849.

A constituição do Equador apresenta o conceito de Direito da Natureza e dispõe:

Art. 71. **A natureza** ou Pacha Mama, onde se reproduz e se realiza a vida, **tem direito** a que se respeite integralmente a sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos.

Toda pessoa, comunidade, povoado, ou nacionalidade poderá exigir da autoridade pública o cumprimento dos **direitos da natureza**. Para aplicar e interpretar estes direitos, observar-se-ão os princípios estabelecidos na Constituição no que for pertinente.

O Estado incentivará as pessoas naturais e jurídicas e os entes coletivos para que protejam a natureza e promovam o respeito a todos os elementos que formam um ecossistema.¹³⁸

Desta forma, observa-se no cenário internacional a dimensão do reconhecimento da importância do meio ambiente e mudança de paradigmas, que passa de assegurador da vida do ser humano no ordenamento brasileiro para sujeito de direitos no ordenamento equatoriano.

4.1. NORMAS PENAIS EM BRANCO NA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Édis Milaré e Paulo José da Costa Júnior criticam a Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/98, por apresentar número excessivo de normas penais em branco “em que o preceito lacunoso terá que buscar complementação em outros dispositivos legais, inclusive de natureza extrapenal”.¹³⁹

O direito penal deve definir de modo completo e autônomo todos os componentes de sua norma, e evitar a remissão a outras normas do ordenamento jurídico, sob pena de extrema violação ao princípio da legalidade.

¹³⁸ STF. *A nova Constituição equatoriana*. Disponível em:

<<http://www2.stf.jus.br/portal/StfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalFoco&idConteudo=195972>>. Acesso em: 20 de novembro de 2014. *Grifou-se*.

¹³⁹ MILARÉ, Édis; Costa Júnior, Paulo José da. *Direito Penal Ambiental*. Comentários à Lei 9.605/98. Campinas: Millennium, 2002. p.35.

Édis Milaré e Paulo José da Costa Júnior apontam alguns exemplos onde se pode verificar as normas em branco. Citam o art. 29, § 4º, I e VI por não apontar as espécies raras ou ameaçadas de extinção, tampouco definir os métodos capazes de provocar destruição em massa. O art. 34, *caput* e parágrafo único I e II por não esclarecer os períodos da pesca proibida, os lugares interditados, não apontar as espécies aquáticas que devem ser preservadas, a quantidade de pescado permitido ou os instrumentos admitidos. O art. 36 as listas oficiais da fauna e da flora não estão na norma penal. O art. 37 não indica qual é o animal nocivo. O art. 38 não define floresta de preservação permanente. O art. 45 condiciona a definição de madeira de lei a ato do poder público. O art. 50 não aponta o que é vegetação fixadora de duna e protetora de mangue. O art. 52 não indica o que são substâncias ou instrumentos próprios para caça e para exploração de produtos ambientais. O art. 56 não traz esclarece o que é produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva. O art. 62 não indica quais os bens especialmente protegidos.¹⁴⁰

Édis Milaré e Paulo José da Costa Júnior alertam, ainda, para outro defeito da Lei nº 9.605/98, que é o excessivo número de tipos abertos, pois frequentemente a lei remete a disposições externas, a normas e conceitos técnicos.

Destacam que “caçar animais silvestres tanto pode ser ilícito penal como fato atípico, porquanto a caça tanto pode ser proibida como permitida mediante autorização.”¹⁴¹ O mesmo se repete com a pesca, com a extração florestal e com a poluição.

Queiroz alerta que as normas penais em branco possuem preceito incompleto e dependem de complementação por outra norma, normalmente de nível inferior, apresentando tipos penais estruturalmente incompletos, e por essa razão são inconstitucionais por violarem os princípios da reserva legal e da separação de poderes.¹⁴² Pois, quando a lei permite que o ‘núcleo essencial da proibição’ seja completado por simples ato administrativo, é o Poder Executivo

¹⁴⁰ MILARÉ, Édis; Costa Júnior, Paulo José da. *Direito Penal Ambiental*. Comentários à Lei 9.605/98. Campinas: Millennium, 2002. p.36-37.

¹⁴¹ Idem. Ibidem. p.37.

¹⁴² QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 51-54.

quem dirá, em última análise”¹⁴³ o que constitui ou não o ilícito. “Afim, é ele que um tanto arbitrariamente, discriminará”¹⁴⁴ o que deve constar no núcleo essencial da proibição.

Desta forma, antes da edição do ato pelo Poder Executivo,

A lei penal em branco era até então uma ‘alma errante em busca de um corpo’ (**Binding**), e, portanto, carente de autoaplicação, ante a manifesta imprecisão de seus termos e consequente necessidade de complementação. Até aí a lei penal era uma espécie de cheque em branco emitido em favor do Executivo.¹⁴⁵

Esta é a razão pela qual a norma penal em branco viola ao mesmo tempo o princípio da reserva legal e da separação de poderes. Viola o princípio da reserva legal pois permite que simples **portaria** expedida pelo Poder Executivo disponha sobre matéria penal, criminalizando determinada conduta. Viola o princípio da separação de poderes pois quem acaba legislando nesse caso é o executivo, e não o Legislativo.¹⁴⁶

Queiroz alerta que ao se permitir a aplicação das normas penais em branco “tolerar-se-á mais uma violação ao princípio da reserva legal, entre tantas outras violações que o silêncio ou a conveniência vai perpetuando”¹⁴⁷

4.2. PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ESFERA CIVIL

Não é proposta deste trabalho aprofundar-se nas diversas teorias acerca da capacidade da pessoa jurídica ou da responsabilidade civil, contudo, mister que se teça alguns breves comentários sobre o assunto.

No direito brasileiro, a pessoa jurídica é capaz de direitos, salvo fatos jurídicos em cujo suporte fático tenha elemento que ela não possa satisfazer. As pessoas jurídicas podem, em princípio, ser titular de quaisquer direitos

¹⁴³ QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 54.

¹⁴⁴ Idem. Ibidem.

¹⁴⁵ Idem. Ibidem.

¹⁴⁶ Idem. Ibidem.

¹⁴⁷ Idem. Ibidem. p. 55.

patrimoniais, tendo, inclusive, alguns direitos de personalidade, deveres e obrigações, legitimação, com exceção a prisão e outras medidas que se limitam às pessoas físicas.¹⁴⁸ Esta capacidade de direitos civis são a base fundamento para o dever de reparar o dano causado.

Diante disto, cabe apontar que a responsabilidade civil visa impor a determinada pessoa ou ente a obrigação de reparar o dano causado, justamente em função de um comportamento violador de dever legal ou contratual, conhecido pela doutrina civilista como ato ilícito. Nota-se que a preocupação está voltada ao restabelecimento da situação anterior. A responsabilidade por dano é do tipo responsabilidade objetiva.

Conforme ensina Cavalieri

Há uma necessidade fundamental de se restabelecer esse equilíbrio, o que se procura fazer recolocando o prejudicado no *statu quo ante*. Impera neste campo o princípio da *restitutio in integrum*, isto é, tanto quanto possível, repõe-se a vítima à situação anterior à lesão.¹⁴⁹

José Rubens Morato Leite avalia a responsabilidade civil objetiva como importante realizador da tarefa de reparar o dano ao meio ambiente, posto que permite uma proteção mais abrangente ao dispensar a prova de culpa.¹⁵⁰

Como fundamento da responsabilidade civil objetiva destaca-se a teoria do risco. Risco é o mesmo que perigo, é a probabilidade de ocorrência de dano. De forma que aquele que exerce atividade perigosa deve necessariamente assumir os riscos dessa atividade e reparar os danos causados por ela. Cavalieri explica a teoria do risco na seguinte formulação:

Todo prejuízo deve ser atribuído ao seu autor e reparado por quem o causou, independentemente de ter ou não agido com culpa. Resolve-se o problema na relação de

¹⁴⁸ MIRANDA, Pontes de. *Das Obrigações por Atos Ilícitos*. p.81. apud KIST, Ataidés. *Responsabilidade penal da Pessoa Jurídica*. São Paulo: De Direito. 1999. p.281.

¹⁴⁹ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 14.

¹⁵⁰ LEITE, José Rubens Morato. *Dano Ambiental na Sociedade de Risco*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 27.

causalidade, dispensável qualquer juízo de valor sobre a culpa do responsável, que é aquele que materialmente causou o dano.¹⁵¹

Logo, o nexó psicológico entre o fato e a vontade de quem o pratica não tem importância. Da mesma forma, o juízo de censura moral ou de aprovação da conduta são irrelevantes.

Enquanto ‘a culpa é vinculada ao homem, o risco é ligado ao serviço, à empresa, à coisa, ao aparelhamento. A culpa é pessoal, subjetiva; pressupõe o complexo de operações do espírito humano, de ações e reações, de iniciativas e inibições, de providências e inércias. O risco ultrapassa o círculo das possibilidades humanas para filiar-se ao engenho, à máquina, à coisa, pelo caráter impessoal e o objetivo que o caracteriza’”.¹⁵²

O legislador brasileiro, ao editar a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, cria a responsabilidade civil objetiva pelos danos causados ao meio ambiente.

Art 14

[...]

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, **independentemente da existência de culpa**, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.¹⁵³

Portanto, basta que exista a ação lesiva, o dano e o nexó com o poluidor para que surja o dever de reparação.

Logo, mesmo que a conduta do agente seja lícita, isso é irrelevante, pois, se dessa conduta ocorrer algum dano ao meio ambiente, terá que repará-lo, em consequência da teoria do risco da atividade.

¹⁵¹ Idem. Ibidem. p. 152.

¹⁵² CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 152-153.

¹⁵³ BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 24 de novembro de 2014.

Destaque-se que a reparação do dano visa a recuperar o meio ambiente degradado e assim restaurar o equilíbrio ambiental ofendido.

Para além da restauração, deve-se atentar para o fato de que o meio ambiente carece de prevenção do dano. Neste sentido, Morato Leite preconiza que na sociedade de risco há necessidade de se pensar um Estado de Direito Ambiental, “produto de novas reivindicações fundamentais do ser humano e particularizado pela ênfase que confere à proteção do meio ambiente”,¹⁵⁴ com vistas a proteção mais efetiva da tutela ambiental, o qual fundamenta-se especialmente no princípio da solidariedade, a partir do qual pretende

O fortalecimento de um novo olhar, de uma consciência ecológica, de diferentes funções, instrumentos, metas e tarefas que possam (e devam) ser utilizados pelo Poder Público e pela coletividade, de forma integrada, preventiva, precaucional e solidária.¹⁵⁵

Morato Leite propõe uma rediscussão da teoria do risco com vistas à adequá-la às novas exigências, que não se limitam apenas ao risco concreto ou potencial, mas tange o risco abstrato, imprevisível pelo conhecimento humano.¹⁵⁶ Desta maneira,

O interprete constitucional ambiental deve analisar a evolução social, própria da dialética do Direito, preenchendo as molduras deônticas dispostas na constituição de acordo com o contexto social, realidade esta traduzida em uma sociedade de risco.¹⁵⁷

Carolina Medeiros Bahia aponta que a reparação ambiental objetiva recolocar o meio ambiente ao estado em que se encontrava antes do dano, da maneira mais próxima possível, por esta razão, a reparação ambiental orienta-se pelo princípio da reparação integral.¹⁵⁸

¹⁵⁴ LEITE, José Rubens Morato. *Dano Ambiental na Sociedade de Risco*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 19.

¹⁵⁵ Idem. Ibidem. p. 22.

¹⁵⁶ Idem. Ibidem. p. 18.

¹⁵⁷ Idem. Ibidem. p. 25.

¹⁵⁸ BAHIA, Carolina Medeiros. Dano Ambiental e Nexos de Causalidade na Sociedade de Risco. In LEITE, José Rubens Morato. *Dano Ambiental na Sociedade de Risco*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 62.

No mesmo sentido, Morato Leite leciona que o dano ambiental deve ser reparado da forma mais integral possível, e que o empreendedor deve suportar todos os riscos inerentes à atividade poluidora que ele exerce.¹⁵⁹ Além do que, a responsabilidade civil ambiental adquire novas funções, para além da reparação, assume função de prevenção e precaução do dano, que iniba a violação ao meio ambiente.¹⁶⁰

4.3. PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ESFERA ADMINISTRATIVA

As sanções administrativas estão ligadas ao poder de polícia enquanto atividade da administração pública.

A Lei 9.605/98 é importante instrumento destinado a defender e preservar o meio ambiente. Na esfera administrativa, definiu como infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Há que se destacar que ao lado da reparação do dano causado ao meio ambiente, no âmbito civil, a esfera administrativa de proteção ao meio ambiente se constitui em importante forma de proteção ao meio ambiente através da qual é possível a deflagração de ações de fiscalização com imposição de multas que visam a coibir a reiteração das condutas consideradas ambientalmente lesivas.

Como alguns exemplos desta atuação, tem-se que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – no ano de 2012, em Santa Catarina, aplicou diversas multas, dentre as quais se destaca, multa de R\$ 200.000,00 à Pesqueira Pioneira da Costa S/A por fazer funcionar estabelecimento potencialmente poluidor sem licença ambiental de operação.¹⁶¹

¹⁵⁹ Idem. Ibidem. p. 29.

¹⁶⁰ MORATO LEITE, José Rubens. *Dano Ambiental na Sociedade de Risco*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 33.

¹⁶¹ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.004421_2004_89%20pesqueira%20pioneira%20da%20costa%20s.a.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

Multa de R\$ 97.500,00 à Dissenha S/A Indústria e Comércio por destruir 64,42 ha de floresta nativa - mata atlântica - mediante corte de espécies ameaçadas de extinção.¹⁶²

Multa de R\$ 147.000,00 à Agroflorestal Baptista Pigatto S/A por destruir 98,0 ha de floresta nativa envolvendo espécies em fase de extinção e em avançado estágio de regeneração.¹⁶³

Multa de R\$ 2.000.000,00 ao Município de Itajaí/SC por executar obras em desacordo com as exigências dos órgãos ambientais competentes¹⁶⁴

Multa de R\$ 90.000,00 à Famossul Móveis S/A por impedir a regeneração natural de 300 ha de floresta anteriormente embargada pelo IBAMA.¹⁶⁵

Multa de R\$ 138.000,00 à Dicotone Textil Ltda por causar poluição hídrica por lançamento de resíduos líquidos da estação de tratamento de efluentes em desacordo com as exigências legais.¹⁶⁶

Multa de R\$ 307.200,00 à Irmãos da Rolt Transportes Importação e Exportação LTDA por comercializar 768 pneus usados importados sem autorização.¹⁶⁷

¹⁶² Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026006501_2004_79%20dissenha%20sa%20industria%20e%20comercio.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁶³ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026002049_2004_76%20agroflorestal%20baptista%20pigatto%20s.a.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁶⁴ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.001562_2004_40%20municipio%20de%20itaja_sc-.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁶⁵ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.002660_2005_85%20famossul%20moveis%20sa.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁶⁶ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.000019_2006_97%20dicotone%20textil%20ltda.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁶⁷ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.000913_2006_67%20irmaos%20da%20rolt%20transportes%20importacao%20e%20exportacao%20ltda.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

Multa de R\$ 135.983,70 à Leontino Gercino Fermino ME por vender 1.359,837 m³ de produto florestal nativo (madeira serrada) sem licença válida outorgada pela autoridade competente.¹⁶⁸

Multa de R\$ 550.163,00 à Rondonadi Madeiras LTDA – EPP por vender 5.501,63 m³ de madeira sem licença outorgada pelo IBAMA.¹⁶⁹

Multa de R\$ 105.000,00 à Agroser Agricultura e Pecuária LTDA por danificar 67,23 ha de floresta nativa com corte de árvore de espécie ameaçada de extinção.¹⁷⁰

Multa de R\$ 102.000,00 à Cisframa Com. e Ind. de Madeiras São Francisco LTDA por danificar 68 ha de floresta de preservação permanente.¹⁷¹

Multa de R\$ 41.500,00 à Sidney Solano ME por expor a venda 73 exemplares (endoesqueleto) do invertebrado ameaçado de extinção da espécie *oreaster reticulatus* sem autorização do IBAMA.¹⁷²

Multa de R\$ 50.000,00 à Condomínio Residencial e Comercial Porto Da Lagoa Resort LTDA por destruir floresta em área considerada de preservação permanente ao redor da lagoa da conceição.¹⁷³

Multa de R\$ 50.000,00 ao Departamento Estadual de Infra Estrutura por fazer funcionar serviços potencialmente poluidores deixando de cumprir normas condicionantes da licença de instalação.¹⁷⁴

¹⁶⁸ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.001590_2007_18%20leontino%20gercino%20fermino%20me.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁶⁹ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.005082_2005_39%20rondonadi%20madeiras%20%20ltda.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁷⁰ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.002178_2007_15%20agroser%20agricultura%20e%20pecuaria%20ltda.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁷¹ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.000027_2007_14%20cisframa%20com.%20e%20ind.%20de%20madeiras%20sao%20francisco%20ltda.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁷² Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.001251_2007_23%20sidney%20solano%20me%20_%20estrela%20do%20mar.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁷³ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.001073_2005_79%20condominio%20residencial%20e%20comercial%20porto%20da%20lagoa%20resort%20ltda.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁷⁴ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%2002026.003572_2004_10%20d>

Multa de R\$ 90.000,00 à Carbonífera Belluno LTDA por fazer funcionar empresa potencialmente poluidora (mina de carvão em subsolo) sem a licença competente.¹⁷⁵

Multa de R\$ 1.059.603,00 à Ribor – Importação, Exportação, Comércio e Representações LTDA por fazer funcionar estabelecimento comercial de pneus recauchutados importados sem dar destinação final adequada.¹⁷⁶

Multa de R\$ 68.500,00 à Martendal Indústria e Comércio de Conservas LTDA por transporte de produto de origem vegetal em conserva (palmito) sem licença válida.¹⁷⁷

Além desta atividade de atuação rotineira por órgãos de fiscalização administrativa, tem-se ainda ações especiais como a “Operação Extremo Sul” realizada, no período de 14 a 22 de novembro de 2014, desencadeada nos municípios de Chuí, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande e Pelotas/RS. Como resultado foram lavrados 37 autos de infração e R\$ 3 milhões em multas, encerrados 19 criadores de passeriformes e também uma empresa pesqueira e uma fábrica de baterias para automóveis foram embargadas. Além disso, 190 pássaros, 42 toneladas de pescado, 15 km de redes de emalhe e 330 m³ de madeira amazônica, foram apreendidos, e um barco de pesca oceânica que atuava de forma totalmente clandestina foi retirado de operação.¹⁷⁸

A “Operação Pit Stop” fiscalizou e autuou empresas importadoras de pneus. Foram lavrados autos no valor de R\$ 21 mil por não terem sido entregues

epartamento%20estadual%20de%20infra%20estrutura.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁷⁵ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%202026.003972_2003_09%20carbonifera%20belluno%20ltda.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁷⁶ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%202026.002016_2007_79%20robor%20%20importacao%20exportacao%20comercio%20e%20representacoes%20ltda.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁷⁷ Disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Julgamento/SC/sc%202026.005666_2005_12%20martendal%20industria%20e%20comercio%20de%20convervas%20ltda.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/publicadas/operacao-extremo-sul%E2%80%9D-combate-ilicitos-ambientais-no-litoral-sul-do-brasil>> e <<http://www.ibama.gov.br/publicadas/operacao-extremo-sul%E2%80%9D-retira-de-circulacao-embarcacao-pirata-que-atuava-no-mar-territorial>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

os relatórios previstos na Resolução Conama 416/2009, além da aplicação de multa de R\$ 22.555,00 por dia e suspensão de importação até a regularização da destinação dos pneus.¹⁷⁹

A “Operação Xandoré” que fiscaliza atividades pesqueiras no rio Solimões e afluentes, apreendeu 7,2 toneladas de pescado, lavrados 15 autos de infração e aplicado R\$ 429.180,00 em multas desde o dia 17 de novembro do corrente ano.¹⁸⁰

Na “Operação Hórus” mais de 60 hectares de mata atlântica foram embargados por desmatamento ilegal, e foi aplicado R\$ 441 mil em multas.¹⁸¹

A “Operação Pré-piracema” resultou na aplicação de multas que somam R\$ 6,75 milhões. Além disso, houve prisão de 36 pessoas por pesca predatória, apreensão de 397 quilos de pescados, 17 redes de pesca, quatro tarrafas e 284 anzóis de galho, que são petrechos proibidos.¹⁸²

Como pode-se observar, a atuação na seara administrativa é de suma importância na luta para a preservação do meio ambiente, muitas das vezes apresentando resultados mais efetivos e eficazes que a espera pela atuação penal. Embora a lei de crimes ambientais traga um rol de sanções administrativas, das quais se destaca a apreensão de equipamentos, a demolição de obra, suspensão total de atividades e restritivas de direitos, tem-se que esta norma poderia ter apresentado maior valorização do âmbito administrativo para a preservação ambiental, posto à sua celeridade face ao direito penal.

4.4. PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ESFERA PENAL

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/publicadas/deflagrada-a-operacao-pit-stop%E2%80%93destinacao-em-empresas-importadoras-de-pneus>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁸⁰ Disponível em: <<http://ibama.gov.br/publicadas/ibama-apreende-72-toneladas-de-pescado-em-operacao-para-a-preservacao-de-botos-e-jacares-no-amazonas>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁸¹ Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/publicadas/fiscalizacao-do-ibama-divulga-balanco-parcial-da-operacao-horus>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

¹⁸² Disponível em: <<http://www.correiadoestado.com.br/cidades/policia-ambiental-aplica-r-6-milhoes-em-multas-por-pesca-predatoria/231005/>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

No âmbito penal, além de toda a problemática acerca da responsabilização da pessoa jurídica e das críticas acerca da excessividade de normas penais em branco na Lei nº 9.605/98, já tratadas neste trabalho e portanto desnecessárias de serem repetidas neste momento, acrescenta-se que esta norma traz à baila a preocupação mundial na preservação ambiental, mostrando-se como instituto jurídico de peso na penalização da pessoa física por violações ambientais.

Entretanto, como conclui Migliari Júnior, a reprimenda corporal deve ser a última forma de atuação estatal a ser buscada, posto o caráter subsidiário do direito penal. A consideração com o meio ambiente deve sempre visar pela recomposição dos danos causados, pois a prisão não traz nada de útil ao ser humano, pelo contrário, corrompe-o ainda mais.¹⁸³

No mesmo sentido destaca Bittencourt, para quem a lei “contempla e prioriza as penas restritivas de direito em substituição às privativas de liberdade” pois a “pena de prisão não tem qualquer função educativa e muito menos ressocializante”.¹⁸⁴

Diante disto, surge a questão sobre a real necessidade de se movimentar a dispendiosa máquina penal estatal para imposição de multas ou de restrição de direitos. Conforme se verificou no capítulo anterior, a atuação administrativa possui o condão de fiscalização, o qual surte maior efeito na proteção ao meio ambiente que a posterior aplicação de reprimendas. Não obstante, na própria esfera administrativa vê-se a possibilidade jurídica de aplicação de multas e sanções restritivas de direito que por sua celeridade e atuação menos dispendiosa, revela-se como forma de atuação extremamente mais efetiva na proteção da tutela ambiental que a movimentação da cara máquina judicial no âmbito penal.

Além do fato de que o dano ambiental deve ser integralmente recuperado, o que efetivamente pode ser alcançado na seara cível.

¹⁸³ MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004. p.166.

¹⁸⁴ BITTENCOURT, Sidney. *Comentários à Nova Lei de Crimes Contra o Meio Ambiente e suas Sanções Administrativas*. Lei nº 9.605 de fevereiro de 1998. Rio de Janeiro: Temas & Idéias, 1999. p.33-34.

Desta forma, na aplicação do direito penal às pessoas físicas causadoras de lesão ambiental, deve ser sempre leva em consideração o princípio da *ultima ratio* desta área do Direito.

Quanto a questão de se imputar a possibilidade de prática criminal aos entes coletivos, nota-se que a solução doutrinária, por tudo aqui exposto, ainda está longe de ser pacificada.

Por um lado, há doutrinadores que acreditam na eficiência ressocializadora do direito penal e defendem a aplicação da responsabilização penal da pessoa jurídica como medida de coibição de novas práticas danosas ao meio ambiente.

Por outro lado, há doutrinadores que defendem a impossibilidade absoluta de extensão do princípio da culpabilidade à pessoa jurídica, assim como outros princípios norteadores do direito penal, que historicamente e a muito custo foram se transformando em garantias do homem frente aos excessos punitivos do Estado. De forma que com as atuais teorias seria impossível reconhecer a capacidade do ente coletivo para ação criminosa.

5. CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi verificar se o princípio da culpabilidade está sendo satisfeito ao se responsabilizar penalmente a pessoa jurídica.

Para alcançá-lo, foi estudado o princípio da culpabilidade, foram explicitadas as concepções doutrinárias acerca da responsabilização penal da pessoa jurídica; e foram demonstrados os conceitos de autoria mediata para a consecução de crimes.

Observou-se que o meio ambiente carece de proteção efetiva, e que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 buscando dar efetividade a essa proteção estabeleceu, em seu artigo 225, §3º, normas acerca da responsabilização penal e administrativa das pessoas físicas e jurídicas, além da obrigação de reparar o dano causado ao meio ambiente.

A partir do texto constitucional, a lei 9605/1998 prescreveu, que as pessoas jurídicas serão responsabilizadas penalmente nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou do órgão colegiado, no interesse ou benefício da entidade.

Percebeu-se que o texto constitucional deixa dúvida quanto à intenção do legislador, e que pode ser interpretado, de acordo com doutrinadores penalistas que a atividade lesiva ao meio ambiente sujeita a pessoa jurídica infratora a sanções administrativas ao passo que as sanções penais são destinadas às condutas lesivas ao meio ambiente praticadas por pessoas físicas.

Não obstante, face a necessidade cada vez maior de tutelar o meio ambiente, surgem interpretações diversas.

A discussão em volta do tema ainda não está resolvida, quanto às interpretações acerca da culpabilidade da pessoa jurídica, doutrinadores penalistas apresentam argumentos que fundamentam sua inaplicabilidade à pessoa jurídica diante da falta de elementos psicossomáticos exclusivos do ser humano, e, por tanto, ausentes no ente coletivo.

Desta forma, a responsabilização penal da pessoa jurídica, embora com aparente previsão constitucional, ainda carece suporte legal penal para que haja responsabilidade penal sem ocorrência de dolo ou culpa.

As dificuldades teóricas para a completa implementação da responsabilização penal do ente coletivo, não é mera aparência, mitigar princípios que surgiram como forma de garantir o cidadão contra excessos punitivos do Estado para que se consiga penalizar o ente coletivo, poderia levar a sociedade futura a voltar a mitigá-los também na penalização do próprio ser humano levando a sociedade a figurar-se em um Estado de Polícia, pela aplicação irrestrita de medidas de segurança, onde se pune simplesmente por fatos objetivos desconsiderando-se as características subjetivas do delito.

Assim, verificou-se também que a restauração do dano causado é forma mais eficaz na continuidade do meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim como se observou que a esfera administrativa possui potencial eficiente para coibir os danos ambientais.

6. REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 10520/2002.

ABNT. NBR 14724/2011.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Introdução à Sociologia do Direito Penal. 3. ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Nilo. *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BITTENCOURT, Sidney. *Comentários à Nova Lei de Crimes Contra o Meio Ambiente e suas Sanções Administrativas*. Lei nº 9.605 de fevereiro de 1998. Rio de Janeiro: Temas & Idéias, 1999. p.33-34.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

BRASIL. *Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 24 de novembro de 2014.

BRASIL. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal: parte geral*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 1.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FRANK, Reinhard. *Über den Aufbau des Schuldbegriffs, 1907* apud SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012.

FREITAS, Gilberto Passos de; FREITAS, Vladimir Passos de. *Crimes contra a natureza (de acordo com a Lei 9605/98)*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000 apud MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004. p.86.

JACOBS, Günther. *Derecho penal*. Parte geral – fundamentos y teoría de la imputación. Trad. Joaquin Cuello Conteras e Jose Luis Serrano Gonzalez de Murillo. Madrid: Marcial Pons, 1995 apud QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. *Princípios Políticos do Direito Penal*. 2. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1999. p.101.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de metodologia da pesquisa no direito*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004.

MILARÉ, Édis; Costa Júnior, Paulo José da. *Direito Penal Ambiental*. Comentários à Lei 9.605/98. Campinas: Millennium, 2002.

MIRANDA, Pontes de. *Das Obrigações por Atos Ilícitos*. p.81. apud KIST, Ataides. *Responsabilidade penal da Pessoa Jurídica*. São Paulo: De Direito. 1999.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ROCHA, Fernando A. N. Galvão da. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

ROXIN, Claus. *Derecho penal*. Parte geral. Madrid: Civitas, 1997 apud QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANCTIS, Fausto Martin de. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1999 apud MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito, 2012.

SÉGUIN, Elida. *Lei dos crimes ambientais*. Rio de Janeiro: Esplanada, 1999 apud MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004.

SCHÜNEMANN, Bernd. *La función de la delimitación de injusto y culpabilidad*. In: *Fundamentos de um sistema europeo del derecho penal*. Barcelona: Tecnos,

1990 apud QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*. Parte Geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*, 2ª tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998 apud MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais*. Lei nº 9.605/98 – Novas Disposições gerais Penais. 2. ed. Campinas: CS Edições Ltda, 2004.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

STF. *A nova Constituição equatoriana*. Disponível em: <<http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalFoco&idConteudo=195972>>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo. *Direito Penal Brasileiro*. Primeiro volume. Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan. 2006.